ANO 1 - NÚMERO 6 - ABRIL 2015

Xapuri
SOCIOAMBIENTAL

R$ 7,90

MEMÓRIA DE BRASÍLIA
BRASÍLIA CANDANGA

ISSN 2359-053x

POVOS INDÍGENAS
MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA
p. 14

SUSTENTABILIDADE
A ÁGUA E O SER HUMANO
p. 24

PERFIL
REGINA SOUSA
p. 26

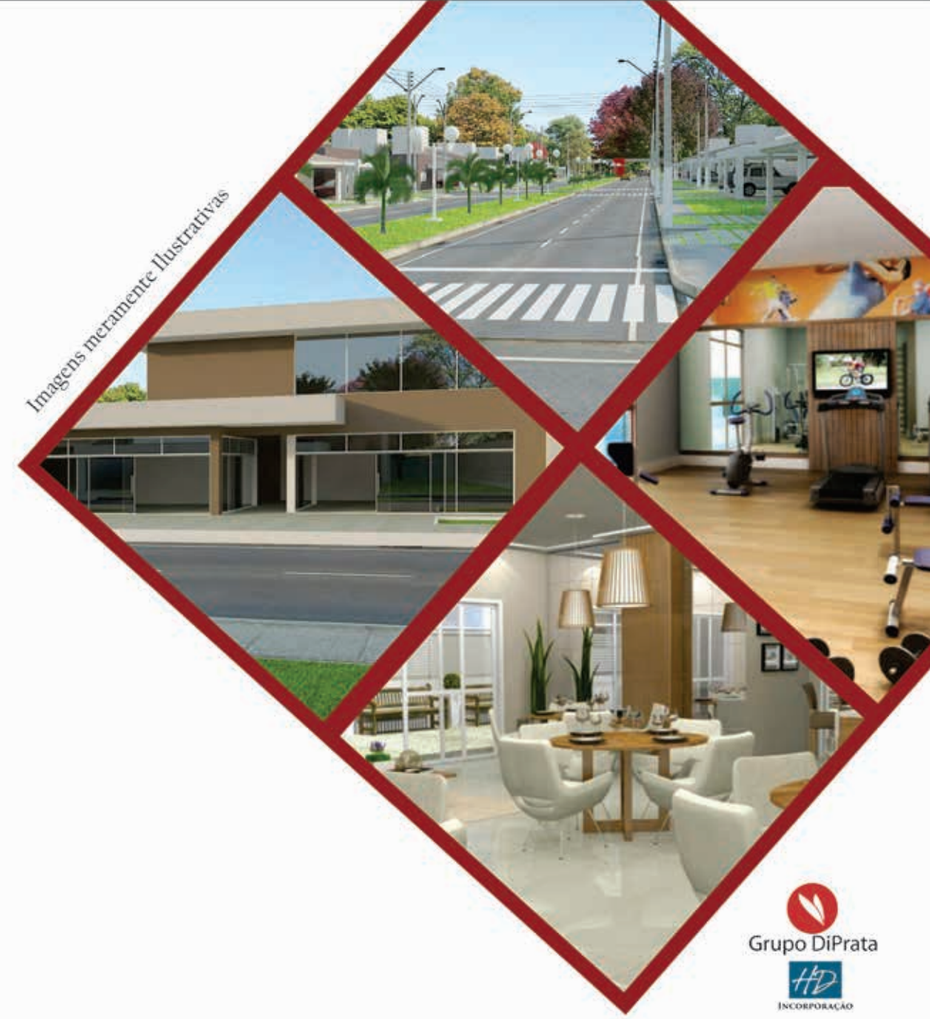
CONDOMÍNIO

ASAS DOURADAS

Conforto e Qualidade de Vida

Paraíso do Bem-Viver no Coração de Formosa
a menos de 80 km de Brasília

- **SEGURANÇA NA PORTARIA**
- **MONITORAMENTO 24H**
- **REDE ELÉTRICA**
- **REDE DE ESGOTO**
- **ESPAÇO FITNESS**
- **PISTA PARA CAMINHADA**
- **ACESSIBILIDADE**
- **ASFALTO**



Grupo DiPrata
HD Incorporação

Condomínio Asas Douradas
Rua Heitor Vila Lobos – Setor Jardim Califórnia – Formosa – Goiás
(ao lado da Loja Maçônica)

Preços somente com os corretores, por telefone, ou na Imobiliária DiPrata
(61) **3631.8029 / 8625.7084**

Foto: Elyeser Szturn

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

www.xapuri.info

As trilhas que deram lugar às primeiras vias públicas de Brasília já existiam desde muito antes de surgir a ideia de uma nova capital. Eram verdadeiras estradas desses sertões que, bem antes do colonizador, já haviam sido caminhos dos índios que por ali perambulavam. A presença humana é, pois, marcante na região desde os primórdios da era em que vivemos.

Homens e mulheres destemidos, os candangos, iniciaram e deram seguimento a essa aventura chamada Brasília, que virou um dos maiores conglomerados urbanos e humanos do Brasil. Cada um e cada uma, querendo ou não, tem uma nesga de participação nessa colcha de retalhos que completa 55 anos de idade com fisionomia própria.

Nesta edição, a Xapuri homenageia a figura desses candangos, baseada em fotos, histórias e estórias de pioneiros que presenciaram e guardaram lembretes dessa epopeia. Um material singelo, mas carregado de sentimento, de carinho e amor, que merece a admiração das antigas e das novas gerações.

E homenageia também aqueles habitantes primeiros, os povos indígenas brasileiros, tão negligenciados. Abril é tempo de encontro anual na Esplanada, e a Xapuri traz na íntegra a nota convocatória e o documento de contextualização do Acampamento Terra Livre de 2015, de onde devem sair propostas e esperança.

Com igual sentimento de esperança, Leonardo Boff nos traz trechos da Carta da Terra, aprovada no ano 2000 por gente de todos os Continentes e adotada pela Unesco como um conjunto de premissas de toda a Humanidade para gerar uma sociedade sustentável global.

Altair Sales Barbosa nos mostra em texto primoroso que a água sempre foi uma preocupação dos viventes do Planeta e que desde a Antiguidade se buscavam formas de conservá-la. Da mesma forma, alerta para o risco de se atribuir valor comercial a esse patrimônio do qual depende a sobrevivência humana na Terra.

Nestas páginas, também, o perfil de uma mulher humilde, popular, que pelas mãos do povo chegou ao Senado Federal, e a trajetória de Inezita Barroso, que nos deixou neste março.

Além disso, uma amostra da poesia dos sertões, as reflexões sobre educação e ecologia, a figura dos sangradores dos seringais, a magia do pequi, os trabalhadores na rede de saneamento, o café quebra-torto do Pantanal e um bocado mais.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk
Editores

Uma revista socioambiental, um espaço criativo, alto-astral, independente, onde a informação circula e as coisas acontecem.

Nós fazemos a **Xapuri** acontecer. Você, com sua assinatura, fará a **Xapuri** continuar acontecendo.

Assine agora!

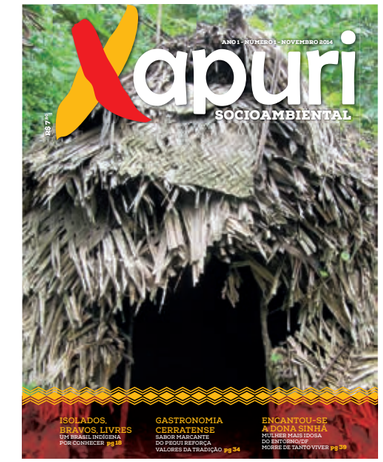
ASSINATURA ANUAL 12 EDIÇÕES

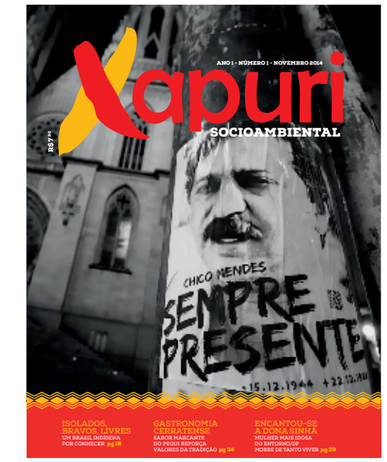
R$ 75,00

PARA QUALQUER LUGAR DO BRASIL

COMO ASSINAR?

acesse:
www.xapuri.info





contato@xapuri.info

Mensagens pra Xapuri

Parabéns!
Almira Oliveira
Rio de Janeiro

Maravilha. Amei!
Antonia Justiniano
Goiânia, Goiás.

Estou começando a gostar... estou adorando ... é muito interessante.
Edson Mendonça Rocha
Brasília, Distrito Federal.

Parabéns pela revista com um dos nomes mais lindos da minha terra natal.
Romerito Aquino
Rio Branco, Acre.

Super feliz com a revista Xapuri. Prometeram e cumpriram quanto ao envio do exemplar.
Wendel Soares Bezerra
Goiânia, Goiás.

> Devia era, logo de manhã, passar um sonho pelo rosto.
> É isso que impede o tempo e atrasa a ruga.
> Mia Couto

COLABORADORES/COLABORADORAS ABRIL

Altair Sales Barbosa – Pesquisador, Professor; **Amanda Lima** – Publicitária; **Anderson Blaine** – Web Designer; **Eduardo Di Deus** – Pesquisador; **Elyeser Szturn** – Fotógrafo; **Fernando Alves** – Fotógrafo; **Getúlio Romão Campos** – Fotógrafo; **Guilherme Cobelo** – Historiador, Livreiro; **Jacy Afonso de Melo** – Sindicalista; **Janaína Faustino** – Gestora Ambiental; **Jaime Sautchuk** – Jornalista, Escritor; **Keyane Dias** – Jornalista; **Laurenice Noleto Alves** – Jornalista; **Leonardo Boff** – Teólogo, Filósofo, Escritor; **Lúcia Resende** – Mestra em Educação; **Marcel Gautherot** – Fotógrafo; **Marcelo Moura** – Fotógrafo; **Maria Lúcia Gonçalves Dias** - Professora; **Mariana Cabral** – Fotógrafa; **Nara Serra** – Fotógrafa; **Oswaldo Braga/ISA** – Fotógrafo; **Priscilla Miranda** – Administradora; **Wherbert Araújo** – Jornalista; **Zezé Weiss** – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

1. Jaime Sautchuk
2. Zezé Weiss
3. Altair Sales Barbosa
4. Binho Marques
5. Cássia Oliveira
6. Graça Fleury
7. Jacy Afonso
8. Juan Pratginestòs
9. Marcelo Manzatti
10. Neusimar Coelho
11. Priscila Silva
12. Socorro Alves
13. Ronei Alves
14. Rui Faquini

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental
Telefone: (61) 3044 7755. **E-Mail:** revista@xapuri.info. **Razão Social:** Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. **CNPJ:** 10.417.786\0001-09. **Endereço:** BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. **Atendimento:** Janaína Faustino (61) 9611 6826. **Edição:** Jaime Sautchuk (61) 9918-0983 – Zezé Weiss (61) 9974 3761. **Revisão:** Lúcia Resende, Maria Helena Schuster. **Produção:** Zezé Weiss. **Jornalista Responsável:** Thais Maria Pires - 386/GO. **Capa:** Acervo Histórico de Brasília. **Ilustração:** Alvesan **Tiragem:** 3.000 exemplares. **Circulação:** Revista Impressa - Brasília, Goiás, Planalto Central. Revista Web - Todo o território nacional. **ISSN** 2359-053x.

Xapuri 06 ABR 15
SOCIOAMBIENTAL

10 **CAPA** Memória de Brasília
13 **LITERATURA** Sertão do Brasil Central
26 **PERFIL** Regina Sousa
30 **ECOLOGIA** Reflexões sobre Ecologia
32 **EDUCAÇÃO** De Norte a Sul
34 **GASTRONOMIA** Café Quebra-Torto
49 **TECNOLOGIAS SOCIAIS** Tocantins aposta em Barraginhas
53 **VOZES DA TERRA** Sangradores de Seringueiras

14 **POVOS INDÍGENAS** Mobilização Nacional Indígena
19 **CULTURA ECOLÓGICA** O Curupira
20 **AGENDA** Dia da Terra
24 **SUSTENTABILIDADE** A Água e o Ser Humano
31 **CULTURA** V Anápolis Festival de Cinema
36 **ECONOMIA CRIATIVA** Artesãs-Licoreiras Goianas
38 **ECOTURISMO** Sítio Arqueológio do Bisnau
40 **LENDAS BRASILEIRAS** Pequi – O Fruto do Amor
43 **MEMÓRIA** Inezita Velha de Guerra
45 **URBANIDADE** Os Trabalhadores e o Desafio da Universalização do Saneamento
51 **SOLIDARIEDADE** Movimento Solidário

Foto: Marcel Gautherot

MEMÓRIA DE BRASÍLIA

BRASÍLIA CANDANGA

Guilherme Cobelo

"O passado pode ter sido pesadelo ou sonho. Pode ter sido utopia ou realidade. Mas o passado é a melhor lição para o presente. Nada melhor do que ser profeta às avessas: olhar para trás e contar em fotos bem explicadas a participação de cada um na História da construção e na consolidação de BRASÍLIA.

Vejo a necessidade urgente de mostrar a evolução de uma cidade prestes a fazer 55 anos. Ao resgatar nosso passado, ao lembrar a participação de cada um na sua construção, estamos resgatando a própria história da cidade.

O objetivo do grupo MEMÓRIA DE BRASÍLIA é manter viva a História dessa saga que foi a construção de uma capital tão longe do litoral e tão perto do Brasil. Este espaço será como um Arquivo Público Personalizado – APP.

Compartilhar fotos, contar causos e dividir lembranças é mais do que despertar saudades. É reviver uma história de trabalho, amor e doação, pessoal e coletiva, que vai acrescentar muito na formação de nossos filhos e da nova geração Brasília."

Um dos presentes mais bonitos para Brasília nos seus 55 anos foi o surgimento do grupo *Memória de Brasília* no Facebook.[1] Criado e coadministrado pelos jornalistas Silvestre Gorgulho (autor do texto da página anterior) e TT Catalão, o grupo vem desde fevereiro de 2015 coletando e registrando memórias individuais e coletivas da história de Brasília. Atualmente com mais de 3.500 inscritos, o arquivo é um precioso arsenal de fontes para quem deseja conhecer um pouco mais a(s) cara(s) da Nova Capital.

Entre matérias de jornais da época de sua construção, poemas, evocações de antigos personagens, exaltações de figuras eminentes, o grupo oferece uma ampla variedade imagética que faz gosto ao pesquisador e ao curioso. Para além dos lugares-comuns da história oficial, preocupada em glorificar os grandes atos e os monumentos, o material reunido neste acervo oferece outras perspectivas sobre sua trajetória no tempo e no espaço.

Desde uma nota indignada com os parlamentares contrários à mudança da Capital, publicada no carioca Última Hora em 30 de março de 1960 ("O POVO NÃO PERMITIRÁ A CHANTAGEM CONTRA BRASÍLIA"), passando por vídeos com músicas do saudoso Manoel Frederico Soares, o Manoel Brigadeiro, considerado por muitos o Embaixador do Samba de Brasília, até fotos de arquivos pessoais retratando pessoas anônimas, crianças catando joaninhas, alguém tocando violão, o que este grupo tem a nos oferecer é realmente um mergulho no passado como nenhum livro didático proporcionou até hoje.

Foto:Getulio Romab Campos

Foto:Marcelo Moura

Foto: Marcel Gautherot

Foto: Histórias de Brasília

Selecionamos algumas imagens especialmente para esta edição da revista, porém fica a dica ao público leitor: solicite a sua participação no grupo e aproveite todo o acervo disponível. Para se aprofundar ainda mais nesse universo de memórias individuais e coletivas, sugerimos também que conheça outros grupos e comunidades como *Brasília das Antigas que Amamos Muito*,[2] *Histórias de Brasília*[3] e *Ônibus Antigos de Brasília*.[4] Aproveite, colabore. A partir de ações como essa é que a sociedade civil se apropria do passado e reescreve suas histórias, fortalecendo vínculos e afirmando identidades. E se é verdade o que se diz sobre o Brasil, que padece de amnésia crônica, façamos diferente e não deixemos que a memória se turve no esquecimento hereditário. Memento vita.

Guilherme Cobelo
Historiador, Livreiro.

[1]facebook.com/groups/1006181269396828/?fref=ts
[2]facebook.com/groups/chiquinhodornas/
[3]facebook.com/historiasdebsb?fref=photo
[4]facebook.com/OnibusAntigosDeBrasilia?fref=photo

Aproveite suas férias.
Deixe sua casa sob nossos cuidados.
TASS
61 3033 3333

SERTÃO DO BRASIL CENTRAL

Cerrado é senhor velho
De profunda sabedoria
Onde resiste a flor valente
Sempre-viva na estia

Veredas, chapadões
Sertão do Brasil Central
Céu do tamanho do mundo
Não tem princípio, nem final

Morada de berço d'água
Clima seco, ora chuvoso
Foi lá que disse o Rosa
"Viver é muito perigoso"

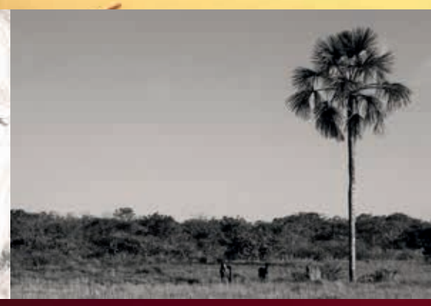
Quem diz que o Cerrado
É mata morta, sem feitio
Não conhece a sua cultura
Nem o povo que a pariu
Entre calango e carcará
De pé, em movimento
Se embrenha a sua gente
Na feitura do seu tempo
Benzedeiras, foliões
Divino, Reis vão louvar
Lundu e curralera
Só vê quem lá está

Buriti dá tudo um pouco
Sabor, beleza, proteção
Pequi, único gosto
Do tingui se faz sabão

Sozinha, vendo tudo
Caliandra sempre está
Barbatimão, forte remédio
Da medicina popular

Cura do mato, tradicional
Senhora erveira sabe usar
Vão das Almas, dos Buracos
Quilombo também tem lá

A essência dessa terra
É como aboio do vaqueiro
Tá na alma desse povo
Cerratense, brasileiro.



Keyane Dias *– Poeta e jornalista, especializada em comunicação cultural. É também pesquisadora e articuladora social junto a movimentos e projetos voltados para a sustentabilidade e valorização dos saberes tradicionais e de tradição oral. A poesia "Sertão do Brasil Central" teve como inspiração a travessia do projeto "O Caminho do Sertão" pelo norte e noroeste mineiro. Mais poesias em www.alemdasparedes.wordpress.com.*

Foto: Oswaldo Braga/ISA

MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA

ACAMPAMENTO TERRA LIVRE - BRASÍLIA, ABRIL 13–16, 2015

Os povos indígenas brasileiros, organizados nacionalmente na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), preparam-se para seu encontro anual no Acampamento Terra Livre, em Brasília, no período de 13 a 16 de abril de 2015. Pelo 11º ano consecutivo, mais de 1.000 lideranças indígenas acamparão na Esplanada dos Ministérios para, coletivamente, apresentar ao País os desafios enfrentados e as soluções propostas pelos povos indígenas ante a conjuntura atual.

Como parte das preparações, a APIB lançou, em março de 2015, a nota convocatória e o documento de contextualização do Acampamento Terra Livre de 2015, aqui reproduzidos na íntegra:

CONVOCATÓRIA PARA O ACAMPAMENTO TERRA LIVRE

Passados 26 anos da Constituição Federal, que consagrou os direitos fundamentais dos povos indígenas à diferença e às terras que tradicionalmente ocupam, o Estado brasileiro, ao invés de garantir a efetivação desses direitos, também protegidos pelo direito internacional, na contramão da história, parece continuar determinado a suprimi-los, em detrimento da integridade física e cultural dos primeiros habitantes desta terra chamada Brasil.

O ataque sistemático aos direitos dos povos indígenas é inadmissível numa sociedade democrática e plural, onde esses direitos são hoje tratados como moeda de troca e objetos de barganha política. Mas os povos indígenas já deram provas suficientes de que não cederão a essa nova ofensiva, carregada de ódio, discriminação, racismo e incitação à violência, promovidos pelos donos ou representantes do poder político e econômico.

É para dar continuidade a essa luta que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB – convoca a todos os povos, organizações e lideranças indígenas e seus aliados e parceiros a participarem do Acampamento Terra Livre (ATL), em defesa das terras e territórios indígenas, a ser realizado em Brasília-DF, de 13 a 16 de abril do corrente ano. Simultaneamente, nesse período, os povos e organizações indígenas estarão também promovendo mobilizações nas distintas regiões do país.

O ATL é a maior mobilização nacional que reúne, há mais de 11 anos na capital federal, em torno de 1.000 representantes dos povos indígenas de todas as regiões do país, com o objetivo de mostrar não só a sua diversidade e riqueza sociocultural, mas também a forma como o Estado os trata até o momento e sobretudo como querem que seus direitos sejam mantidos e efetivados, em respeito à Constituição Federal e à legislação internacional de proteção e promoção dos Direitos Humanos, que inclui a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

O Acampamento acontece pelo esforço conjunto de cada uma das delegações que se articulam e mobilizam para conseguir apoio em transporte e alimentação de ida e volta a Brasília. E, se possível, para contribuir também com a logística e infraestrutura do evento.

A APIB e as entidades de apoio contribuem aportando a maioria dos itens básicos de infraestrutura, logística e alimentação, e outras condições necessárias para êxito do evento. Desta forma, a APIB espera que todas as delegações se empenhem em possibilitar a sua participação, considerando que é responsabilidade de todos os povos, organizações e lideranças indígenas estarem articulados e mobilizados permanentemente para garantir a defesa, proteção e efetivação dos direitos indígenas.

Por favor, confirmem a sua participação, informando o número de membros de sua delegação aos e-mails apibbsb@gmail.com; apibsecretaria@gmail.com.

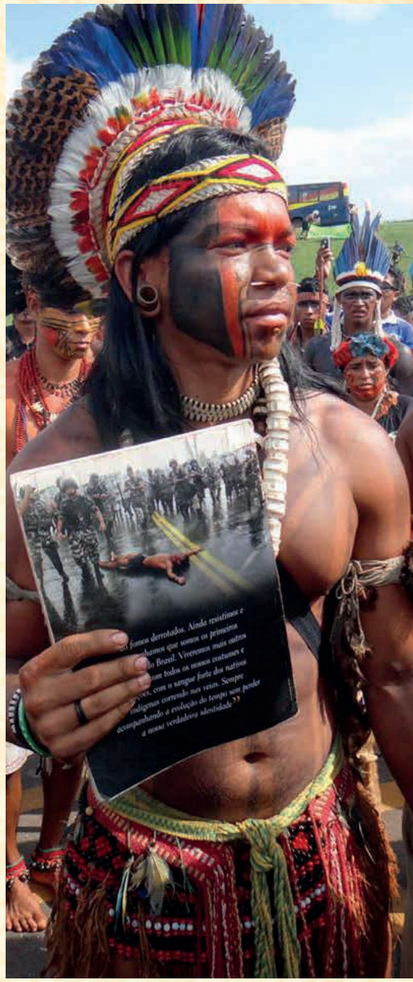
CONTEXTO DO ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2015

A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS TERRITORIAIS DOS POVOS INDÍGENAS

A violação dos direitos dos indígenas no Brasil tem se agravado nos últimos anos, nos distintos âmbitos do Estado, e também por parte de setores poderosos da sociedade brasileira. O ataque sistemático decorre da opção por um modelo neodesenvolvimentista que se propõe disponibilizar as terras e territórios dos povos indígenas, dos pequenos agricultores, das comunidades tradicionais, e as destinadas para áreas protegidas à exploração descontrolada dos bens naturais, à expansão do agronegócio – do monocultivo – e da exploração mineral, e à implantação de grandes empreendimentos e obras de infraestrutura tais como: hidrelétricas, estradas, portos, hidrovias, linhas de transmissão e usinas nucleares.

A voracidade do capital não tem limites, daí a determinação dos gestores, financiadores e beneficiários deste modelo de regredir ou suprimir os direitos fundamentais dos povos indígenas garantidos pela Constituição Federal e tratados internacionais assinados pelo Brasil.

O poder executivo continua com a decisão política de



Fotos: Acervo Mobilização Nacional Indígena

MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA

[1]facebook.com/groups/1006181269396828/?fref=ts

paralisar os procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas. Em 2014, nenhuma terra indígena foi homologada pela presidente da República. Mais de 20 terras poderiam ser homologadas imediatamente pela presidente já que não têm qualquer impedimento judicial e/ou administrativo para tanto, mas Dilma desrespeita a Constituição e se nega a assinar os decretos de homologação. Da mesma forma o ministro da Justiça não publica portarias declaratórias que estão na mesma situação. E a Fundação Nacional do Índio (Funai) continua com a ordem de reter Relatórios Circunstanciados de terras concluídos. Por outro lado, o governo demonstra a sua incapacidade de se sobrepor aos interesses particulares que dominam o Congresso Nacional, ao grau de requerer a tramitação, em regime de urgência, do Projeto de Lei 7.735/2014, que regulamenta o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado, em favor de setores empresariais, principalmente da indústria farmacêutica e de cosméticos.

Essa atitude se reflete ainda no propósito do ministro da Justiça de mudar os procedimentos de demarcação das terras indígenas, em substituição do Decreto 1.775/2006, dando continuidade ao suposto ajuste de direitos que o governo vem promovendo por meio da edição, de entre outras, da Portaria 303, Portaria 419 e do Decreto 7957.

A Portaria 303, de 17 de julho de 2012, iniciativa do poder Executivo, por meio da Advocacia Geral da União (AGU), estende equivocadamente a aplicação para todas as terras a aplicabilidade das condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da demarcação da terra Indígena Raposa Serra do Sol (Petição 3.388/RR), mesmo depois do entendimento da Suprema Corte de que as mesmas se aplicariam somente a esta terra. Dentre essas condicionantes constam: uma que impede a ampliação de territórios para corrigir erros que prejudicaram povos durante a regularização inicial e outra que nega o direito de consulta às comunidades por ocasião de instalações públicas (militares, por exemplo) nos seus territórios.

A Portaria Interministerial 419 de 28 de outubro de 2011, restringe o prazo para que órgãos e entidades da administração pública (Fundação Nacional do Índio – Funai, no caso indígena) agilizem os licenciamentos ambientais de empreendimentos de infraestrutura que atingem terras indígenas.

O Decreto nº 7.957, de 13 de março de 201, cria o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente e regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental. Com esse decreto, "de caráter preventivo ou repressivo", foi criada a Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública, tendo como uma de suas atribuições "prestar auxílio à realização de levantamentos e laudos técnicos sobre impactos ambientais negativos". Na prática, isso significa a criação de instrumento estatal para repressão militarizada de quaisquer ações de povos indígenas, comunidades, organizações e movimentos sociais que decidam se posicionar contra empreendimentos que impactem seus territórios.

No poder Legislativo, grupos representativos de interesses particulares, principalmente a bancada ruralista, demonstraram o seu poder de barganha com a eleição do pemedebista Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados, que comprometeu-se a permitir a tramitação de propostas que afetam direitos fundamentais da população brasileira, sobretudo os direitos territoriais – dos povos indígenas, comunidades tradicionais e outras populações do campo, além dos direitos ambientais e das gerações futuras.

Preocupa gravemente o desarquivamento de proposições legislativas destinadas a limitar, reduzir e/ou extinguir direitos indígenas – tal como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 215- A/2000, arquivada no final da legislatura passada, graças à mobilização dos povos indígenas e seus aliados. A PEC transfere ao Legislativo a responsabilidade de demarcar as terras indígenas, titular as terras dos quilombolas e criar unidades de conservação, usurpando uma prerrogativa constitucional do poder executivo.

Na mesma direção a bancada ruralista propõe a (PEC) 038, que transfere para o Senado Federal a responsabilidade de demarcar as terras indígenas, a PEC 237/13 que visa legalizar o arrendamento das terras indígenas, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/12 que de maneira perversa converte interesses privados do agronegócio e de outros poderosos segmentos econômicos do país em relevante interesse público da União, pretendendo dessa forma legalizar a invasão e usurpação dos territórios dos povos originários.

Na Legislatura passada, esses setores ainda tentaram a aprovação do PL S/N do Senador Romero Jucá, que pretendia regulamentar o parágrafo 6º. do Art. 231 da Constituição Federal e o PL 1610/96 da Mineração em Terras Indígenas.

Além desta ofensiva voltada a suprimir os direitos indígenas, os ruralistas também querem legalizar o trabalho análogo a escravo, restringir os direitos dos trabalhadores, fortalecer a criação de infraestrutura país afora para facilitar a exportação de commodities agrícolas, entre outras prioridades.

No Judiciário, a preocupação é com relação ao risco de serem confirmadas no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decisões parciais, tomadas pela 2ª. Turma, que anularam portarias declaratórias de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos Guarani Kaiowá e Terena, no Mato Grosso do Sul, e Canela-Apãnjekra, no Maranhão. Segundo as decisões, esses povos não teriam direito à terra porque não estavam sobre ela em 5 de outubro de 1988. Se for confirmada, essa interpretação irá restringir os direitos territoriais de muitos outros povos, aumentando decisões contra procedimentos de demarcação de terras e o clima de conflitos e violências contra os povos indígenas.

E como se não bastasse, lideranças e comunidades indígenas que resistem e lutam pela defesa ou a retomada de seus territórios, são vítimas de ameaças, perseguições, prisões arbitrárias e assassinatos, por parte inclusive de agentes públicos e dos invasores de suas terras.

É dessa forma que o Estado brasileiro está tratando os povos indígenas: o governo federal descumpre a Constituição, os legisladores suprimem e o judiciário restringe cada vez mais os direitos, principalmente territoriais, ao mesmo tempo em que lideranças e comunidades são criminalizadas.

A contribuição dos povos e territórios indígenas na defesa do território e da soberania nacional, na preservação do meio ambiente, dos bens naturais, das florestas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e do equilíbrio climático é rigorosamente ignorada.

É por tudo isso que os povos e organizações indígenas, com o apoio de diversas organizações e movimentos sociais, têm se mobilizado nos últimos anos na defesa de seus direitos, do Estado Democrático de Direito e de uma sociedade justa e plural, contra a inversão e supressão de direitos patrocinadas e protagonizadas pelos donos ou representantes do capital. É nesse contexto que será realizado de 13 a 16 de abril o Acampamento Terra Livre de 2015.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA
ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – APIB

28
de abril

Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho

Cinco mil trabalhadores morrem diariamente vítimas de acidentes e doenças do trabalho

Bancários estão entre as categorias de trabalhadores que mais adoecem

Cerca de dois milhões de trabalhadores perdem suas vidas no trabalho, anualmente, em todo o mundo. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão das Nações Unidas que instituiu o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, celebrado em 28 de abril, revelam que, por dia, ocorrem 5 mil mortes, o que significa três vidas perdidas a cada minuto. De acordo com a OIT, a cada ano, 270 milhões de acidentes de trabalho e 160 milhões de casos de doenças ocupacionais são registrados no planeta.

Pesquisas apontam que os bancários estão entre as categorias de trabalhadores que mais adoecem, tanto mental como fisicamente. A prática de assédio moral e a cobrança abusiva de metas são apontadas como as principais causas de adoecimento no trabalho.

Por isso, o Sindicato dos Bancários de Brasília mantém uma luta constante por melhores condições de trabalho e de combate ao assédio moral entre esses trabalhadores.

BANCÁRIOS DF
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

Foto: Alvesan

O Curupira

O Curupira, ou Currupira, ou Caipora (do Maranhão até o Espírito Santo), é um ente fantástico que habita o imaginário das matas brasileiras. De cabelos vermelhos, calcanhares virados pra frente e pés virados pra trás, diz-se que o curupira (do tupi curu, curumin – menino, e pira – corpo) é um anão com corpo de menino que se dedica a proteger os animais e as plantas das florestas.

Diz-se também que o Curupira é um moleque ardiloso que se vinga dos caçadores e dos destruidores de florestas fazendo com que percam o rumo e esqueçam os caminhos de onde vieram, com ruídos, cantigas e pegadas no sentido contrário. Mas, segundo os povos da floresta, é difícil o Curupira maltratar alguém, porque ele vive no coração da mata e só ataca quem destrói a casa dele, que é a própria natureza.

De qualquer forma, pra garantir uma vida em paz com o Curupira, as comunidades ribeirinhas, de seringueiros e outros povos extrativistas, principalmente da Amazônia, costumam deixar fumo e cachaça "de presente" pra ele nos caminhos por onde passam. Assim, ao agradá-lo, às vezes ouvem a advertência de seus gritos longos e estridentes, mas evitam o contato, que pode resultar em pancadas e perda de consciência para quem incomoda o Curupira.

22 DE ABRIL

DIA DA TERRA

A CARTA DA TERRA

Leonardo Boff

APRESENTAÇÃO

No dia 14 de março de 2000, na UNESCO, em Paris, [A Carta da Terra] foi aprovada depois de discussões com todo os continentes, envolvendo 46 países e mais de 100 mil pessoas, desde escolas primárias, esquimós, indígenas da Austrália, do Canadá e do Brasil, entidades da sociedade civil, até grandes centros de pesquisas, universidades, empresas e religiões.

Em 2003, [A Carta da Terra] foi assumida oficialmente pela UNESCO. Deverá ser apresentada e assumida pela ONU, após aprofundada discussão, com o mesmo valor da Declaração dos Direitos Humanos. Por ela poderão prender-se os agressores da dignidade da Terra, em qualquer parte do mundo, e levá-los aos tribunais.

Na Comissão de Redação estavam Mikhail Gorbachev, Maurice Strong, Steven Rockfeller, Mercedes Sosa, Leonardo Boff e outros. Aqui segue a Carta para ser discutida nas comunidades e em todos os âmbitos. Seu texto pode ser encontrado [também] na internet: www.cartadaterra.org, ou www.earthcharter.org

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, esperança. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global, fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações.

TERRA, NOSSO LAR

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, é viva como uma comunidade de vida incomparável. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade de vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos os seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todos os povos. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

A SITUAÇÃO GLOBAL

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, esgotamento dos recursos e massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente, e a diferença entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causas de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

DESAFIOS FUTUROS

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais em nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem supridas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais e não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos no meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados e, juntos, podemos forjar soluções inclusivas.

RESPONSABILIDADE UNIVERSAL

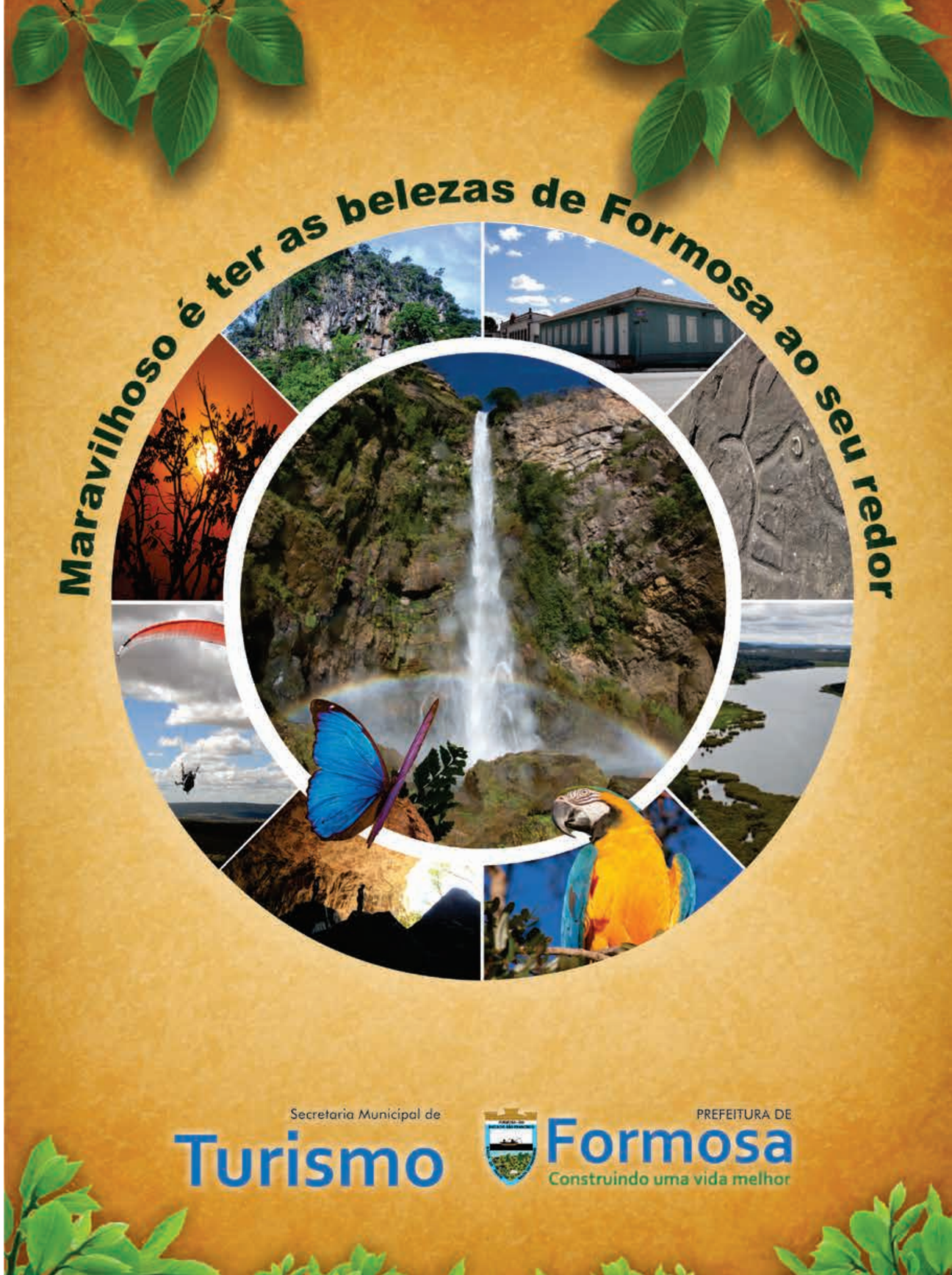
Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com a comunidade terrestre como um todo, bem como com nossas comunidades locais. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas. Cada um compartilha responsabilidade pelo presente e pelo futuro bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida e com humildade em relação ao lugar que o ser humano ocupa na natureza. Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, interdependentes, visando a um modo de vida sustentável como padrão comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos e instituições transnacionais será dirigida e avaliada.

O CAMINHO ADIANTE

Como nunca antes na História, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa destes princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta. Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável nos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa e diferentes culturas encontrarão

suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global que gerou a Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca conjunta em andamento por verdade e sabedoria. A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Entretanto, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade tem um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva. Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações, respeitando os acordos internacionais existentes, e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacionalmente legalizado e contratual sobre o ambiente e o desenvolvimento. Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação dos esforços pela justiça e pela paz e a alegre celebração da vida.

Leonardo Boff
Teólogo. Filósofo. Escritor



A ÁGUA E O SER HUMANO

DO PECADO ORIGINAL AO PECADO MORTAL

Altair Sales Barbosa

Dedicado a Dom Pedro Casaldáliga, o peregrino do Sertão de Dentro

Os primeiros representantes do gênero humano, conhecidos como *Homo-habilis*, se apossaram das águas do antigo lago Turcana, impedindo que seus parentes, os *Australopithecineos*, fizessem também uso dessa água. E assim nosso primeiro ancestral conduz à extinção nossos parentes próximos e, com base na competição, se estabelece à margem do lago, transformando-o no seu território primordial. Com isso, a humanidade ainda no seu alvorecer, na disputa pela água, comete o "Pecado Original", fundamentado no egoísmo e no desejo de não compartilhar.

Do alto do seu poderio, o *Homo-habilis* se transforma em *Homo-erectus*, conquistando, além da África, o Extremo Oriente e a Europa, sempre migrando ao longo de antigas fontes de águas cristalinas. Por volta de 200 a 150 mil anos atrás, o *Homo-erectus* dá origem ao *Homo-sapiens* primitivo, exímio caçador, nômade, cujo consumo de proteína animal o transforma num guerreiro fabuloso, mas extremamente dependente da água.

Por volta de 30 mil anos, o *Homo-sapiens* primitivo, agora transformado em *Homo-sapiens-sapiens*, já se encontra disperso pelos quatro cantos do planeta. Os vestígios arqueológicos demonstram que há muito nossos antepassados escolhiam seus locais de acampamentos, ou para construir suas aldeias e cidadelas, levando em consideração a qualidade da água. Como artimanhas usavam sacrificar um animal e examinar o seu fígado; se este estivesse azulado, poderia ser indício de água ruim.

Não é de se estranhar, portanto, que os primeiros documentos escritos dos Sumérios já contivessem normas sobre a utilização da água.

Os camponeses sediados às margens do Nilo, do Eufrates e do Tigre tinham de evitar que esses rios surpreendessem, por ocasião de suas enchentes. Inventaram primitivos, mas eficientes pluviômetros.

São incontáveis os registros, em antigos documentos, que assinalam o significado que se emprestava ao uso da água. No Eufrates, por exemplo, foi encontrada uma lápide em calcário de mais ou menos 400 anos antes do presente com a inscrição: "Ur-Namu foi quem ordenou que se realizassem as obras dos canais; mas ele cede aos deuses a honra de fornecer a dádiva que é a água, abençoada, que dá fertilidade às terras".

Também, no Velho Testamento há inúmeros indícios da importância que se conferia à água. A noção de que se devia economizar água estava profundamente arraigada na mentalidade dos nossos antepassados. Foi Aristóteles o primeiro a estabelecer as relações entre a água da chuva e a água subterrânea.

Hipócrates faz inúmeras menções às fontes e a seus poderes curativos.

Ainda na Antiguidade, as fontes mereciam a veneração dedicada às mães que, por sua vez, eram as protetoras dos lagos.

A água era utilizada como fonte de purificação e motivou João Batista no rio Jordão a expurgar o pecado original no batismo. Todas as religiões da terra a usam, com seus poderes mágicos, nos seus rituais. É a madrinha dos querubins.

Foi na margem do rio Niger, em Timbuctu, que Ibn Batuta, pregador do Islão pelas terras do norte da África ao Iêmen, criou no século XI a primeira Universidade para estudar a relação dos povos com água.

E, assim, acumulando conhecimentos, o homem da pedra lascada, quase que num passe de mágica transformas-se em agricultor, promove a revolução mecânica, a revolução elétrica e nas últimas décadas a cibernética, matriz da revolução eletrônica.

O fato é que hoje temos conhecimento suficiente para afirmar que a água é um recurso finito. Mas os donos do mundo já estão falando em privatização das águas, ou seja, querem considerar a água apenas um bem comercial, em contraposição aos que a veem como patrimônio da humanidade. Será o princípio do fim, porque a ganância associada ao egoísmo no seu mais elevado grau fará o gênero humano se destruir pelo "Pecado Mortal".

Altair Sales Barbosa
Pesquisador. Doutor.
Professor titular da Universidade Católica de Goiás

Fotos: Acervo Senadora

REGINA SOUSA

UMA NOTÁVEL TRANSGRESSORA

Zezé Weiss

Regina Sousa, a cidadã piauiense nascida no município de União, cerca de 60 km distante da capital Teresina, começa o seu mandato como a primeira senadora eleita pelo estado do Piauí, com uma missão transgressora: militante dos movimentos sociais e defensora intransigente dos Direitos Humanos, a senadora Regina Sousa quer mudar o modelo de cotas para mulheres no Sistema Eleitoral Brasileiro.

"Defendo a cota das cadeiras, não a cota das candidaturas", diz a Senadora. E acrescenta: "Hoje, na Câmara (47) e no Senado (13), somos 60 parlamentes. Nas duas bancadas, a principal pauta que nos une é a da cota das cadeiras. Nós mulheres parlamentares compreendemos que a cota das candidaturas foi importante, foi luta e conquista nossa, mas infelizmente não traz mais mulheres para o Congresso, nem para a política".

Didática, a Senadora explica em voz baixa e delicada, porém firme, que o modelo vigente de inclusão de mulheres nas chapas eleitorais, além de defasado, é perverso, porque a grande maioria das mulheres entra apenas para legitimar as candidaturas masculinas. "Mesmo no meu Partido, o PT, onde a mulher alcançou a paridade nas instâncias internas, nas eleições, as mulheres fazem as contas e veem que não tem espaço pra elas. Então se perguntam: candidatar pra quê?"

A transgressão contra o que não está certo, Regina assumiu ainda criança. Até os 13 anos, a menina Maria Regina, filha da quebradeira de coco Maria da Conceição e do trabalhador rural sem-terra Raimundo (encantado), a quinta de 14 irmãos – 10 vivos e quatro já encantados –, viveu com a família a experiência da exploração pelo latifúndio enquanto quebrava coco nos babaçuais de União.

"Menina ainda, compreendi as maldades do latifúndio, porque via o que acontecia com meus pais e com as famílias que moravam no mesmo terreno que a gente morava. Lá o trabalhador era chamado de agregado – agregado de fulano – porque morava no terreno de uma pessoa. Cada agregado tinha que dar um dia de serviço por semana na roça patrão. E se não desse, no dia seguinte ele era mandado embora, tendo de sair em 24 horas. E se não fosse, o patrão botava fogo na casa. Eu vi muitas casas pegando fogo."

Regina conta que as casas eram feitas somente com palha, tanto em cima como embaixo, tanto no forro como nas paredes, porque para os trabalhadores não valia a pena se esforçar para fazer uma casinha de taipa, mais arrumada, uma vez que poderiam ter que deixá-la a qualquer momento. E que foi daí que surgiu a sua necessidade de lutar pelos direitos humanos, contra as injustiças desse mundo.

"Eu ficava revoltada, porque passava o dia quebrando coco pra de tarde vender na quitanda do dono do terreno. E aí ele não nos dava dinheiro, dava um vale de papel. E esse papel a gente tinha que trocar pela mercadoria dele, da pior qualidade, tudo da pior qualidade, o arroz da pior qualidade, o feijão da pior qualidade. Essa coisa era muito doída na minha cabeça. Então eu, que por alguma razão já tinha uma mente transgressora, dei um jeito de melhorar a nossa situação: a gente quebrava uns doze quilos de coco por dia, entregava uns sete e escondia uns cinco. Aí tinha uma comadre da minha mãe que levava, vendia e trazia o dinheiro pra nós. A gente tinha que fazer essa transgressão porque, do contrário, não tinha dinheiro pra comprar roupa, ou pra comprar o que não tinha na venda do patrão. Tudo ali era só no papelzinho, que não dava pra nada."

Embora morando na roça, Regina foi alfabetizada na idade certa, "em uma daquelas escolas chamadas de escola isolada, com todas as séries na mesma sala, mas sempre fui pra escola, porque meus pais botavam a gente pra trabalhar mas também sempre tiveram o cuidado de fazer a gente ir pra escola".

Depois, já com 13 para 14 anos, Regina deixou a vida de quebradeira de coco em União para estudar fora, não em Teresina, que era mais perto, mas em Parnaíba, no litoral, "porque tinha um parente nosso morando por lá, que primeiro levou meu irmão, e depois me levou para fazer o quinto ano – naquele tempo tinha o quinto ano primário, que vinha antes do exame de admissão para o ginásio, que era considerado ensino secundário naquela época".

A Parnaíba, Regina já chegou liderando. De pronto entrosou-se com a turma e tornou-se a oradora do quinto ano. Modesta, explica as razões da escolha: "Eu acho que essa facilidade para me entrosar foi porque como criança do interior eu era muito curiosa e perguntava muito. Então fui notada."

Foi na cidade de Parnaíba que Regina fez o ginásio, o curso pedagógico (equivalente ao curso normal), e tornou-se professora primária, sempre estudando em escola pública. Depois deu aulas. Depois decidiu que queria estudar mais, que tinha que ir pra Universidade, e como em Parnaíba só tinha a Faculdade de Administração, a moça Regina foi embora para Teresina, fez o vestibular e passou para Letras na Universidade Federal do Piauí, onde formou-se professora com habilitação em língua portuguesa e língua francesa.

O movimento estudantil, Regina descobriu na Universidade, em plena ditadura militar. Apoiava, participava das assembleias, mas não tinha como ir pra linha de frente. Para se sustentar enquanto estudava, trabalhava em duas escolas, uma pública e uma particular. "O que ajudava é que minha família já tinha melhorado um pouco de vida e tinha vindo morar em Teresina. A gente tinha uma casinha muito ruinzinha, uma casinha de taipa, mas era a nossa casinha."

Fotos: PT no Senado

Mesmo assim, Regina levava uma vida difícil. Fez concurso para professora da rede pública e passou, mas o salário não dava para pagar as contas e ajudar a família. Regina foi em frente, encarando os dois turnos de magistério. "Eu trabalhava de manhã, de tarde, e estudava à noite. Da escola particular, eu levava uma sacola de cadernos pra corrigir todo dia. Então eu ia pra faculdade com aquela sacola de cadernos e depois quando chegava em casa ainda ia corrigir aquela batelada de cadernos pras 7 da manhã entrar em sala de aula de novo."

A linha de frente na militância Regina só pode assumir depois

da formatura. Começou ainda nos anos 70, no movimento de professores. Nos anos 80, já com mais de 30 anos, fez concurso para o Banco do Brasil, passou e mergulhou na atividade política e sindical. Foi fundadora do PT e dirigente nacional da CUT.

"Aí eu já conhecia vários militantes sindicais, como o Gilmar Carneiro, dos Metalúrgicos de São Paulo, e o Jacques Pena, dos Bancários de Brasília. E acabou que formamos lá no Piauí uma chapa pra disputar o Sindicato dos Bancários. Em 89 ganhamos o Sindicato. O Wellington Dias era presidente e eu vice. Depois que o Wellington saiu, eu acabei virando presidenta do Sindicato dos Bancários."

No PT, Regina sempre atuou em parceria com o amigo Wellington Dias, atual governador do Piauí. Militante, a Senadora foi presidenta do PT e coordenou as campanhas de Wellington para o governo do Piauí. Executiva, assumiu a Secretaria de Administração nos dois mandatos do Governador, no período de 2003 a 2010. Atualmente, é presidenta do PT no Piauí e integra a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Sobre sua chegada ao Senado, o governador afirma: "Regina Sousa trabalhou nesses últimos quatro anos como segunda senadora. De um lado, cuidando da gestão, da equipe, da administração, da coordenação política; de outro, cuidando das emendas, das demandas dos municípios, dos movimentos sociais e da relação com o próprio partido. Acumula um conhecimento extraordinário. Foi nossa coordenadora da campanha e tem muita capacidade e respeitabilidade. Antes de tomar posse, já tem participado conosco de reuniões importantes. Com Regina Sousa no Senado, ganha o Piauí e ganha o Brasil. Teremos uma senadora sensível, preparada e corajosa".

No Senado, em sua primeira experiência como parlamentar, a senadora Maria Regina Sousa, funcionária aposentada do Banco do Brasil, militante dos movimentos sociais e poetisa nas horas vagas, elegeu como prioridades a defesa incondicional dos direitos humanos, do acesso à educação, da justiça social, do meio ambiente e das bandeiras dos movimentos de mulheres.

Pragmática, a senadora diz que está em Brasília para cumprir bem essa missão, mas que o Parlamento nunca foi uma escolha voluntária dela. "Na hora da disputa da suplência do Wellington, já prevendo que ele ganharia a eleição para o governo, todos os partidos da base aliada queriam a primeira suplência. E dentro do PT também tinha disputa. O único nome que gerava consenso era o meu. Então virei suplente do Wellington. E acabei Senadora da República".

Disciplinada e determinada, nos fins de semana a militante Regina visita as origens e trabalha com os movimentos sociais e as bases partidárias no Piauí. Em Brasília, usa o tempo que lhe sobra na agenda parlamentar para fortalecer os movimentos locais e nacionais.

Na noite do dia anterior a esta entrevista, a senadora participou do lançamento do Congresso da CUT no Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal, e em seguida rumou para o Teatro dos Bancários, na 314 Sul, para fazer palestra na celebração do Dia Internacional da Mulher pelo Sindicato dos Bancários. Uma vez militante, sempre a serviço das causas que defende, avança esta notável transgressora.

Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental

Regularize seus débitos com IPTU, ISS e outras taxas

REFIS 2015

DESCONTOS

APROVEITE!

95% EM JUROS E MULTAS

Descontos sobre juros e multas oferecidos pelo REFIS:

- 95% para pagamento à vista
- 80% para pagamento em até 03 parcelas
- 70% para pagamento em até 04 parcelas
- 60% para pagamento em até 05 parcelas

ATENÇÃO!

SEU NOME AGORA PODERÁ SER PROTESTADO E INSCRITO NOS ORGÃOS DE RESTRIÇÃO A CRÉDITOS.

Conforme Lei Complementar Nº 003 de 2014 - Código Tributário Municipal, aprovado em dezembro de 2014 em vigor a partir de 2015.

Evite multas, juros e outros aborrecimentos, regularize seus débitos com IPTU, ISS e outras taxas.

PROCURE O SETOR DE ARRECADAÇÃO DA PREFEITURA

PREFEITURA
DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS
ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL
www.aguaslindasdegoias.go.gov.br

REFLEXÕES SOBRE ECOLOGIA

Maria Lúcia Gonçalves Dias

Ecologia é um conceito moderno que reflete a ideia da unidade na criação. Ouvimos falar muito de ecologia nos dias que correm, em termos de poluição, da extinção de várias espécies de vida selvagem, da possibilidade de a vida continuar existindo na Terra.

A ecologia considera todos os sistemas viventes como interdependentes. Um organismo depende da contribuição do outro e vice-versa. Assim, a vida animal precisa de oxigênio e desprende dióxido de carbono, a vida vegetal precisa de dióxido de carbono e desprende oxigênio. A ecologia também afirma que os vários sistemas de vida estão interligados: se alteramos um único elemento, alteramos todo o conjunto, dando origem a uma reação em cadeia.

Estamos compreendendo as implicações desse princípio ecológico fundamental um pouco tarde. Por exemplo, matamos com aerosol insetos que nos incomodam. O produto químico penetra no solo e envenena a cadeia alimentar. Sem esses insetos, outros se reproduzirão além da ordem natural, enquanto certos pássaros, privados de alimento, perecerão. Com menos pássaros para levar as sementes para outros cantos do país a polinização fica ameaçada e menos plantas se reproduzirão.

As colheitas são afetadas e os agricultores acrescentam mais corretivos ao solo. A qualidade do solo vem a sofrer e as árvores deixam de nascer. Com menos árvores nas cercanias, mais casas ficam expostas ao sol e haverá mais necessidade de ar-condicionado. Quando o gás freon vasa dos aparelhos de ar-condicionado, sobe para a parte superior da atmosfera e destrói a camada de ozônio. Com a redução da camada de ozônio, uma quantidade maior da radiação nociva do Sol chega à Terra, tornando a vida mais insuportável.

E assim por diante. O sistema de vida do planeta e todas as suas partes, interdependentes, funcionam como um todo. De acordo com o geoquímico James Lovelock, cujo livro Gaia: *A New Look at Life on Earth* teve grande influência nesse sentido, a Terra é uma entidade viva. Pensar em termos de ecologia é um bom começo para entender o conceito de unidade. É um enfoque especialmente bom, devido à sua conotação de respeito para com a Terra. A ideia da ecologia nos impele a sentir interesse e respeito por tudo que existe no planeta.

Maria Lúcia Gonçalves dias
Cidadã de Jesúpolis, Goiás. 75 anos

V ANÁPOLIS FESTIVAL DE CINEMA CONSOLIDA A DIFUSÃO DA SÉTIMA ARTE NA REGIÃO

Com nova proposta, o Festival acontecerá entre 25 e 31 de maio

Pelo quinto ano consecutivo, a Prefeitura realiza o Anápolis Festival de Cinema. As inscrições podem ser feitas até o dia 5 de maio, e o evento vai acontecer no período de 25 a 31 de maio de 2015.

Com uma proposta totalmente reformulada, neste ano o Festival vai apresentar curtas-metragens, inclusive na mostra competitiva nacional de filmes convidados, que antes exibia somente longas premiados nacional e internacionalmente.

O secretário municipal de Cultura, Augusto César de Almeida, destaca que o Festival também é oportunidade para cineastas e realizadores do cenário audiovisual do Centro-Oeste e de Anápolis, pois há categorias específicas nas mostras competitivas de curtas de ficção e documentários, e também na Mostra Competitiva Minuto Anapolino – que é uma novidade desta edição. "São ações que impulsionam a produção desta arte na região", afirma o secretário.

O Festival, organizado pela Secretaria Municipal de Cultura, oferece ao anapolino ampla programação, com quatro mostras competitivas, uma mostra paralela, exibições para o público infantil, oficinas, debates, palestras, mesas redondas, homenagens, exposições e lançamentos de livros, encontro cineclubista e fórum setorial.

Na abertura do evento será exibido o filme "A ultima estação", de Marcio Curi, que conta a história da migração árabe para o Brasil. Será apresentado, também, o curta-metragem "Chocolate Meio Amargo", de Caio Rodrigues, produzido com o recurso do Prêmio Incentivar, da quarta edição do festival, realizada em 2014.

Outra grande novidade deste ano é o Cinema na Calçada, que percorrerá bairros da cidade, com o objetivo de promover, além da exibição de filmes, a discussão sobre cinema e sustentabilidade, entre outros temas transversais como a história, as manifestações artísticas, a cultura, a sociedade.

Neste ano, serão distribuídos R$ 73 mil em prêmios, em sete categorias, a saber: filmes de Curta-Metragem Nacionais de Ficção convidados, filmes de Curta-Metragem de Ficção e Documentário do Centro-Oeste, filmes de Curta-Metragem de Ficção e Documentário Anapolinos, filmes de Um Minuto Anapolino e Prêmio Incentivar Anapolino.Do total, R$ 43 mil serão oferecidos aos filmes anapolinos ganhadores, assim distribuídos: R$ 30 mil (prêmio Incentivar) para o melhor filme de ficção ou documentário; R$ 10 mil (Prêmio Destaque Walter Web) para ficção ou documentário; e R$ 3 mil para o melhor filme do minuto.

Para outras informações, os interessados podem consultar o edital do V Anápolis Festival de Cinema, no site da Prefeitura de Anápolis (www.anapolis.go.gov.br).

DE NORTE A SUL

ACENTUA-SE A DESVALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO ESTADUAL GOIANO

Lúcia Resende

Recente edital de processo seletivo, publicado pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (Segplan-GO), expõe pelo menos duas chagas do processo de desvalorização por que passa a carreira do magistério no estado de Goiás: o descaso para com a urgência de realização de concurso público e o flagrante desrespeito ao que determina a Lei do Piso.

Com inscrições encerradas em 30 de março último, o processo simplificado para contratação de professores em Goiás causaria ainda mais estranheza não estivesse reiterando uma prática costumeira que contribui para a desvalorização do magistério estadual, desde Goiânia, a capital, até os municípios mais distantes dela.

Há seis anos o Estado não realiza concurso público para a contratação de professores. Para a carreira administrativa, já são 15 anos sem processo seletivo. A prática tem sido realizar contratos temporários – o que por si só já contribui para a desvalorização – com remuneração abaixo do que determina a Lei, com o claro objetivo de reduzir custos, sem avaliar o que isso significa em termos de prejuízo para a qualidade da Educação.

A presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima, alerta que Goiás tem hoje "um déficit de mais de 15 mil trabalhadores (professores e administrativos) nas escolas estaduais, e a situação, que já era ruim com os milhares de temporários contratados na gestão passada, piorou muito com a demissão do final de 2014, comprometendo o início do ano letivo em várias unidades do estado". Segundo ela, a situação está sendo remediada nesta nova gestão com cerca de cinco mil contratos, mas isso não supre toda a necessidade das escolas.

No edital de seleção recentemente publicado pela Segplan, a Seduce anuncia valores que desrespeitam tanto a Constituição Federal, que prevê que nenhum trabalhador pode receber menos de um salário mínimo, quanto a Lei do Piso. De acordo com o documento, um professor de contrato temporário, com carga horária de 20 horas, vai receber R$ 654,00; para atuar 30 horas, a remuneração prevista é de R$ 981,00; e para uma jornada de 40 horas semanais, o valor oferecido é de R$ 1.308,00, menos de 70% do Piso estabelecido para 2015, que é de R$ 1.917,78. Isso significa economizar à custa de degradar a Educação. O uso do contrato temporário para suprir vagas na rede estadual de Educação de Goiás é tão arbitrário que, em 2013, o Ministério Público ajuizou ação pedindo à Justiça que condene o Governo a suspender todos os contratos e realizar seleção pública para preenchimento de cerca de 15 mil vagas. A ação encontra-se em fase de produção de provas.

Tamanho desrespeito afasta principalmente os jovens da carreira. É o que confirma o graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás – UEG, unidade Formosa, Rayson Rayder, de 25 anos: "O salário oferecido, muito abaixo do Piso, não compensa. O professor de contrato tem as mesmas responsabilidades que o efetivo, mas vai receber ainda menos que este, que já ganha muito pouco. Vou partir pra outra" – diz Rayson.

Goiás figura entre os estados da Federação que criaram mecanismos perversos como forma de afrontar a Lei do Piso. Por exemplo, em 2012, incorporou a gratificação de titularidade, numa afronta à decisão do Supremo Tribunal Federal que não permite a utilização de gratificações com o fim de se atingir o valor do Piso salarial e, ainda, à Constituição Federal, que veda a redução remuneratória dos servidores. Desde 2013, o executivo vem pagando só em maio o valor estabelecido para vigorar a partir de janeiro. E, ainda assim, só para profissionais PI e PII do quadro de carreira do Estado, que não chegam a mil docentes. A maioria esmagadora – cerca de 90% dos professores – está há dois anos levando calote. Os prejuízos acumulados de 2013 e 2014 chegam a R$ 1.490,40 para PIII e a R$ 1.680,44, para os profissionais PIV.

O Sintego está negociando com o governo para evitar novo calote. Na pauta de negociações, além do reajuste do Piso/2015, estão: os servidores da área administrativa, a realização de concurso público, a gestão dos recursos, o quadro transitório do magistério e a formação continuada.

Por outro lado, o Sindicato recorreu recentemente ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), para denunciar os abusos.

Em audiência com o Ministério Público, a presidenta do Sintego criticou duramente as bases do edital do processo seletivo simplificado para contratação de novos temporários, ressaltou a urgência de realização de concurso público, apontou a ilegalidade da gestão de recursos pela Secretaria de Estado da Fazenda e mostrou os constantes desrespeitos do governo goiano na aplicação da Lei 11.738/08, tanto no que se refere ao pagamento dos valores estabelecidos quanto à determinação de que o reajuste deve ser feito em janeiro de cada ano. Em Goiás, afirmou: "há dois anos o índice estabelecido pelo MEC é aplicado somente no mês de maio e, ainda assim, excluindo a maioria absoluta dos docentes da rede".

Ao TCE, no último dia 26, foi entregue uma representação que solicita o envolvimento mais contundente do órgão na fiscalização e no cumprimento das normas específicas relacionadas à responsabilidade da gestão fiscal dos recursos destinados à Educação, e ainda sobre a criação do Fundo Estadual de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público.

No documento, o Sintego destaca o papel constitucional do Estado no dever de garantir Educação como direito de todos e de todas e alerta: "atualmente há diversas fontes de custeio para a Educação básica na rede estadual de ensino de Goiás, recursos estes provenientes da arrecadação estadual, de programas federais, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, dentre outras, contudo a

SINTEGO
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS

qualidade e o desenvolvimento da Educação no Estado de Goiás não correspondem ao montante gasto, gerando insatisfação da sociedade e dos trabalhadores em Educação". Em Goiás, a gestão dos recursos destinados à Educação vem sendo feita pela Secretaria de Fazenda, o que infringe toda a legislação sobre o assunto.

É fundamental que haja maior fiscalização sobre a aplicação dos recursos destinados ao ensino público e também sobre o não pagamento do Piso, como determina a Lei 11.738/08, em todos os municípios goianos, seja pelo Governo de Goiás, seja pelos prefeitos municipais.

Há desrespeito por toda a parte e, com isso, a desvalorização do magistério aumenta em todos os municípios do estado, com prejuízos à qualidade da Educação. Isso não pode continuar.

Lúcia Resende
Mestra em Educação pela UnB

Foto: Site Caiman

CAFÉ QUEBRA-TORTO

Não há quem passe pelo Pantanal Mato-grossense e não encontre logo cedinho uma mesa farta.

É o café quebra-torto, primeira refeição do dia, composta por ingredientes que seriam mais comuns no almoço em outros locais. Mas ali, especialmente nas fazendas pantaneiras, é comida da madrugada, servida entre 4 e 5 horas da manhã, quando a peonada parte para a lida no campo, sem hora certa pra voltar. Arroz carreteiro, ovos, mandioca, farofa, acompanhados de leite com açúcar queimado, café, caldo de cana ou algum suco de fruta fazem parte do quebra-torto.

Nos hotéis e pousadas, é servido mais tarde, das 8 às 10 horas, com mais requinte e maior variedade de comida e bebida.

Na verdade, pode fazer parte do quebra-torto toda a culinária mato-grossense: arroz carreteiro, mandioca, ovos fritos, farofa, biscoitos doces, bolo de fubá, bolo de mandioca, picadinho de miúdos, carne com banana verde, bacon, peixe frito, jacuba, revirados, linguiças, furrundu (doce de mamão com rapadura), e também sopa paraguaia (uma espécie de quiche de queijo). Mas o que não pode mesmo faltar é o arroz carreteiro, acompanhado de ovos fritos e farofa.

ARROZ CARRETEIRO

A origem do arroz carreteiro vem das comitivas boiadeiras, quando se transportava o rebanho através das estradas ainda de chão batido. Como não se podia congelar a comida, o charque era levado no lombo de animais em baús (broacas) e se tornou fundamental na tradição culinária do Pantanal.

Ingredientes

300 g de charque ou carne-de-sol
2 xícaras de arroz
2 dentes de alho amassados
1/2 cebola média picada
4 colheres de óleo
Água
Sal a gosto
Cebolinha e salsinha a gosto

Modo de preparo

Corte em pequenos pedaços o charque ou carne-de-sol e deixe de molho na água para retirar o sal (troque a água várias vezes). Por último, passe água fervente. Lave o arroz e reserve. Em uma panela, esquente o óleo, coloque a carne para fritar, mexendo até que comece a grudar. Pingue um pouquinho de água, mexa, frite, pingue água, frite, pelo menos umas cinco vezes, até a carne ficar bem vermelha e sequinha. É este processo vai dar cor e sabor ao arroz. Acrescente o alho, a cebola, o arroz, e refogue bem. Cubra com água, deixe ferver, prove o sal. Depois de pronto, coloque salsa e cebolinha a gosto.

Para quem gosta, também uma pimenta de bode (cheiro) dá um toque especial.

Sirva com ovos fritos e farofa.

Fontes:

www.comitivagastronomica.wordpress.com/cafe-quebra-torto/
www.receitasdopantanal.com/arroz-carreteiro/

Fotos: Noleto Licores

ARTESÃS-LICOREIRAS GOIANAS PRODUZEM O PRIMEIRO LICOR NOBRE DO CERRADO

Zezé Weiss

Em Goiânia, em uma área arborizada que fica ao lado do Estádio Serra Dourada, todo domingo as artesãs-licoreiras Nonô e Letice Noleto vendem o seu famoso licor de pequi na Feira do Cerrado. Jornalista de profissão, Laurenice Noleto, a Nonô, deixou a vida corrida das redações para se dedicar a fazer e vender licores deliciosos com o cheiro, o gosto e a identidade do Cerrado.

O carro-chefe da produção de Nonô e da irmã Letice, estruturada na microempresa Noleto Licores, é o licor de pequi com chocolate, que Nonô chama de Amarula do Cerrado. Ao acrescentar a uma receita tradicional de licor de chocolate o cheiro e o sabor exótico do pequi, Nonô e Letice criaram um licor de gosto único com a cor e a textura do famoso licor Amarula da África. Nasce, assim, no dizer de Nonô, "o primeiro licor nobre do Cerrado Brasileiro".

A Noleto Licores também produz vários outros licores com os sabores das frutas do Cerrado, incluindo os de pequi puro, jabuticaba e figo. A técnica de produção, 100% artesanal, as irmãs herdaram de sua ancestralidade italiana, cuja genealogia remonta a um cidadão batizado como Giovane Noceto, na vila de Pontremoli, junto à cidade de Massa, no ano de 1.370. Em um cuidadoso processo de pesquisa, as irmãs resgatam e reeditam, com um toque inovador, as receitas encontradas nos baús de suas avós e bisavós, chegadas ao Brasil desde o final do século XIX.

Os sabores únicos dos licores de Nonô e Letice abrem oportunidades também únicas de geração de ocupação e renda para as famílias coletoras de frutos do Cerrado. Nonô explica que trabalha em parceria com as populações moradoras de áreas de Cerrado, "o que valoriza a pequena economia das famílias agricultoras da região", ou seja, os licores da Noleto Licores contribuem para o fortalecimento da chamada economia autossustentável do Cerrado. "Além de criativo e prazeroso, nosso trabalho valoriza as culturas tradicionais do Cerrado. É também preservação", diz Nonô.

O esmero na produção se estende também às embalagens. Os licores da Nonô e da Letice são entregues em lindas caixas artesanais de tamanhos variados, pintadas à mão por elas mesmas com as cores, formas e flores do Cerrado. A cada caixa, além dos potinhos de barro que substituem os tradicionais cálices, as irmãs acrescentam um belíssimo alfenin também de produção própria (pombinha branca de cerâmica fria, que remete aos famoso alfenin, doce típico da Cidade de Goiás), que leva nas asas os esperançosos versos da poetisa Cora Coralina: "Recria tua vida, sempre, sempre. Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça."

ONDE ENCONTRAR OS LICORES DA NONÔ E DA LETICE

O principal ponto de venda dos licores Noleto é a Feira do Cerrado, que acontece aos domingos, entre 9 e 13h, ao lado do Estádio Serra Dourada, em Goiânia. As barracas, montadas sob as árvores do parque, oferecem, além dos licores da Nonô e da Letice, uma vasta gama de produtos artesanais, desde alimentos a bordados, em sua grande maioria feitos com temas e produtos do Cerrado.

A Noleto Licores faz parte da Associação dos Artesãos de Goiás, que, além da venda dos produtos em sua loja (Avenida Goiás nº 1.613, Centro, Goiânia - Fone (62) 3095-2684), possibilita aos seus associados a emissão de nota fiscal, legalizando e apoiando a comercialização de produtos, e participa ativamente dos projetos Expoarte, no Flamboyant Shopping Center, e de outro projeto associativista no Buriti Shopping, ambos de Goiânia, onde expõe e comercializa seus licores, juntamente com cerca de 30 outros artesãos e artesãs.

Além da venda na Feira do Cerrado, organizada em uma Associação, reconhecida como ponto de cultura, e a única em todo o estado de Goiás que trabalha exclusivamente com produtos artesanais, os produtos da Noleto Licores podem ser adquiridos diretamente na casa-fábrica: Rua Paquetá, q.05, L.09, Jardim Vitória 1 – Goiânia-Goiás – CEP 74.865-260. Mais informações: Letice: (62) 8253-8674. Nonô: (62) 3281-7184, 9265-5611, ou via e-mail: noleto.licores@gmail.com

Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental

Fotos: Acervo Prefeitura Municipal de Formosa

O MISTÉRIO DOS PETROGLIFOS

O Sítio Arqueológico do Bisnau, localizado na Fazenda Taquari, pouco depois do povoado do Bezerra, no município de Formosa, Goiás, é formado por um espaço natural de 2.600 m2 de petroglifos (gravações em pedras), misteriosas formações geológicas com datação estimada entre 4,5 e 11 mil anos. O Bisnau, como é conhecido na região, causa fascínio entre estudantes, cientistas e pessoas curiosas sobre o significado das inscrições, cujas interpretações variam desde orientações astronômicas até sinais de possíveis contatos com extraterrestes. Localizado a cerca de 120 km de Brasília e 40 km de Formosa, o acesso se dá pela BR-020 até o Bezerra, e de lá por estrada de terra até o Sítio Arqueológico.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA, GOIÁS, ORGULHA-SE EM DIVULGAR ESSE PATRIMÔNIO NATURAL DO MUNICÍPIO, DA REGIÃO, DO BRASIL E DO POVO BRASILEIRO. BOAS-VINDAS A FORMOSA E AO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO BISNAU!

Formosa
Câmara Municipal

PEQUI
O FRUTO DO AMOR

Conta uma lenda indígena que Tainá-racan era uma linda índia da Amazônia brasileira. Tinha os olhos cor de noite estrelada e seus cabelos eram como fios de seda negra. O andar, elegante como o de uma deusa passeando por entre as flores.

Um jovem e formoso guerreiro de uma tribo vizinha – Maluá -, assim que a viu, sentiu forte fogo no corpo e o coração saltando no peito: "Ela é linda como a estrela da manhã. Hei de amá-la enquanto durar a minha vida!". Pouco tempo depois, estavam casados.

A vida deles era bela e alegre como o ipê florido. Todas as manhãs, Maluá saía para caçar e pescar, enquanto Tainá-racan sentava-se na porta de sua oca, tecendo colares e esteiras, moqueando o peixe e preparando o calugi, para ofertar ao seu amado, quando voltasse.

Ao seu lado, sempre se deitava um jacaré, lhe fazendo companhia e conversando, pois, nessa época, os bichos também falavam.

O tempo foi passando.... Caíram as flores. Os cajueiros arcaram de fartura e beleza seus galhos com frutos vermelhos. As castanhas escondiam-se no seio da terra boa. As cigarras enchiam as matas com sua forte sinfonia.

Após três anos de casamento, numa noite bonita, deitados numa pedra grande à beira do rio calmo, Maluá encostou a cabeça no peito de Tainá-racan e apertou-a com ternura.

– Está triste, amado meu?

– Sim. Você sabe que eu estou triste e você também está. Nossa dor é a mesma.

– Onde está nosso filho, que Cananxiué não quer mandar? – disse Tainá-racan.

Maluá alisou com carinho o ventre da formosa esposa, dizendo: "E o nosso filho não vem", murmurou.

Dois pequeninos rios de lágrimas deslizaram pelas faces coradas de Tainá-racan. Um vento forte fez balançar as árvores da floresta e arrepiou as águas do rio. Uma nuvem escura cobriu a lua. Trovões reboaram ao longe. Maluá abraçou Tainá-racan e amou-a.

– Nosso filho virá, sim. Cananxiué também o quer – disse ele.

Luas depois, quando os ipês voltaram a florir, numa madrugada alegre, nasceu Uadi, o Arco-Íris. Era lindo, gordinho, tinha os olhos cor de noite estrelada, como os da mãe, e era forte como o pai.

Mas havia nele algo diferente, que espantou o pai, a mãe, a tribo inteira: Uadi tinha os cabelos dourados como as flores do ipê amarelo.

Ainda assim, Maluá recebeu o nascimento do filho com alegria. E, para explicar a sua diferença, espalhou pela tribo que Uadi era filho de Cananxiué. Mas os próprios índios de sua tribo zombavam-no, dizendo que Uadi era filho do jacaré.

Alheio às piadas maldosas, o menino crescia cheio de encanto, alegria, e com uma inteligência incomum. Fascinava a mãe, o pai, a tribo toda. Com rapidez incrível, aprendeu o nome das coisas e dos bichos. Com sua mãe, aprendeu a cantar as baladas tristes e alegres de seu povo. Era a alegria da tribo.

Um dia, Maluá, com outros guerreiros, foi chamado para uma guerra. Os olhos pretos de Tainá-racan encheram-se de lágrimas. O rostinho alegre de Uadi se entristeceu. À despedida, seus bracinhos agarram-se ao pescoço do pai, e ele falou: "Papai, também estou indo embora. Vou pra casa de minha mãe, lá no céu". E, com o dedinho, apontou para o alto.

O corpo do guerreiro se estremeceu. Seus lábios moveram-se, mas as palavras não saíam. Ele apertou o menino nos braços, com força, e, por fim, falou: "Que é isso, filhinho, você não vai a lugar nenhum. Ninguém arrancará você de mim. A sua casa é aqui na Terra. Se for preciso, não partirei para a guerra. Ficarei com vocês".

Nesse momento, Cananxuié, o senhor de todas as matas, de todos os animais, de todos os montes, de todas as águas e de todas as flores, desceu do céu sob a forma de Andrerura – a arara vermelha – e gritou um grito forte: "Vim buscar meu filho!", e o agarrou e o levou pelos ares.

Tainá-racan e Maluá caíram de joelhos. O guerreiro abriu os braços gritando: "O filho é nosso, sua casa é a de sua mãe, Tainá-racan, aqui na Terra! Devolve meu filho"! O grito de Maluá ecoou pela mata, ferindo de dor o silêncio. O peito do guerreiro sofria como uma aroeira ferida pelo machado.

O velho chefe guerreiro aproximou-se, bateu-lhe no ombro e bradou: "Maior que sua dor é sua honra de guerreiro e a glória de nossa tribo! Cananxiué buscou o que você disse que era dele. Muitos outros filhos ele vai lhe dar. Tainá-racan é jovem. Você é jovem. Vai, guerreiro, não deixe a dor matar sua coragem!"

Maluá partiu. Tainá-racan chorou três dias e três noites na sua oca. E o jacaré, seu amigo, que veio da mata ao escutar os seus gritos de dor, ficava deitado à sua porta, dia e noite, tomando conta dela.

Uma noite, o jacaré implorou a Cananxiué que tivesse piedade dela, prometendo ir embora para sempre, nunca mais falar com os humanos e morar somente nas margens dos rios, se a fizesse novamente feliz.

Ouvindo-o, Cananxiué tomou novamente o corpo de uma arara vermelha e voltou à Terra, dizendo a Tainá-racan:

– Das suas lágrimas nascerá uma planta, que crescerá como uma árvore copada. Ela dará flores cheirosas que as pacas, veados, capivaras e os lobos virão comer nas noites de luar. Depois, nascerão frutos. Dentro da casca verde, os frutos serão dourados como os cabelos de Uadi. Mas a semente será cheia de espinhos, como os espinhos da dor de seu coração de mãe. Seu aroma será tão tentador e

Foto: Acervo Parque Estadual Sumidouro

inesquecível, como você o será sempre para o seu amigo jacaré. E aquele que o provar, jamais o esquecerá.

Tainá-racan ergue o olhar e lhe pergunta:

– Cananxiué, meu deus, e como se chamará esse fruto, cujo coração são os espinhos de minha dor, cuja cor são os cabelos de ouro de Uadi e cujo aroma é inesquecível como o cheiro dessa mata, onde brinquei com o jacaré e meu filhinho?

– Chamar-se-á Tamauó, minha filha.

Tainá-racan sorriu. E imediatamente viu nascer uma planta, que chamou de Tamauó. A mesma que os índios mehinako, do Xingu, conhecem como akain; e que os homens brancos, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste chamam de Pequi.

E, quando Maluá voltou, encontrou uma linda, grande e frondosa árvore, cheia de frutos, chamada de pequizeiro. Ele pegou alguns no chão, partiu, tirou os caroços dourados e os comeu, com farinha, junto com Tainá-racan. E depois, se amaram muito, ali mesmo à sombra do pequizeiro.

Assim foi que, durante muitos anos a seguir, sempre que os ipês e os cajueiros voltavam a florir nas matas e os pequizeiros também deixavam seus frutos maduros cair na terra, servindo de alimentos para todos, Tainá-racan e Maluá eram abençoados com mais filhos. E, a cada filho que nascia, plantavam mais um pequizeiro. E eles tiveram muitos filhos. E viveram felizes para sempre.

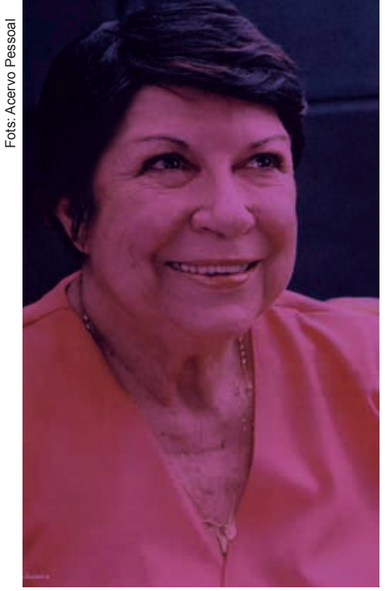
O FRUTO DO AMOR

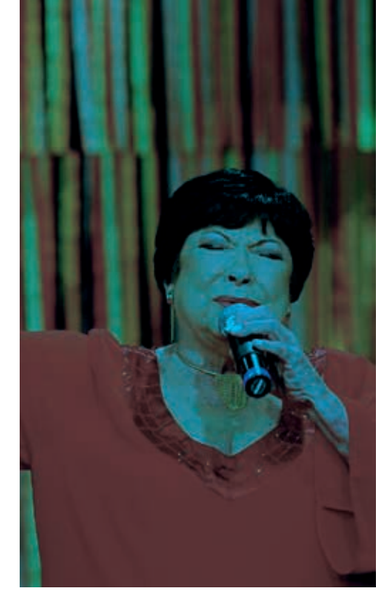
Ainda hoje, muitos índios plantam mudas de pequizeiros ao nascimento de cada bebê; e fazem também grande festa na época da colheita dos frutos – Mapulawache, a Festa do Pequi, cheia de brincadeiras provocativas e que despertam a sexualidade entre jovens indígenas, homens e mulheres. E, muito alegres e brincalhões, dizem que o cheiro do pequi lembra o sexo das índias, por isso, quem os come, se enche de amor e tem muitos filhos. Mantendo a tradição da lenda indígena, também os jovens brancos que moram nos sertões goiano e tocantinense gostam de passear nas matas do Cerrado, depois que começam as chuvas, levando uma cuia com farinha, pra comer com o pequi maduro que colhem do chão, dizendo que, se o fruto for tirado ainda verde, fica amargo. E, nove meses depois, muitas crianças nascem no sertão, criando uma nova lenda do poder afrodisíaco do fruto do amor.

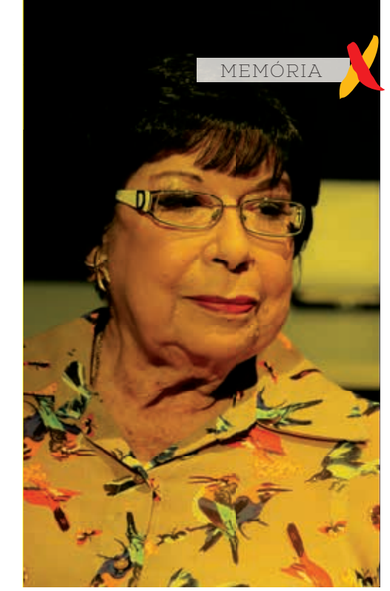
Texto adaptado com base no conto "Os Frutos Dourados do Pequizeiro", de Marieta Teles Machado, Editora UCG, 1986; no filme Mapulawache: Festa do Pequi, dirigido pelo indígena xinguano Aiuruá; nas lendas dos índios Mehinako, do Alto Xingu; e nos costumes e lendas dos povos do Cerrado.

Laurenice Noleto Alves
Jornalista, escritora
e artesã-licoreira

Fots: Acervo Pessoal







INEZITA VELHA DE GUERRA

Jaime Sautchuk

A arte de Inezita Barroso está presente entre nós, desde meados do século passado, e estará pra sempre. Ela, que faleceu neste março, ao completar 90 anos, talvez tenha ficado mais conhecida como cantora de música caipira, paulista que era. Já estaria de bom tamanho, mas sua importância na história das artes no Brasil vai muito além disso.

Como pesquisadora incansável, sempre ajudou a preservar as mais diversas manifestações culturais brasileiras. Ritmos, danças, cantorias e cantigas dos mais recônditos rincões desses brasis, dos pampas gaúchos aos beiradões amazônicos, foram o motor da sua vida. Ela ia atrás a pé, em lombo de mula, barco, jipe, ônibus ou avião.

A diversidade vem com Inezita do berço. Ela nasceu na cosmopolita São Paulo, em março de 1925, com o nome de Ignez Madalena Aranha de Lima. Era filha da elite cafeeira paulista. Por isso, desde criança andava pelas fazendas da família, no interior, em contato com trabalhadores e populações locais. São daí seus primeiros encontros ao vivo com causos e cantorias.

Apesar de se dizer avesso ao gênero caipira, e de em casa só ouvir música clássica, seu pai era amigo de Raul Montes Torres, o cantor e compositor de alguns clássicos, anos depois gravados por ela. São dele, por exemplo, "Moda da Mula Preta", "Saudades de Matão", "Colcha de Retalhos" e "A Moda da Pinga".

Como toda moça da alta-roda de então, ela estudou piano, o que despertou sua verve musical, logo transposta a outros instrumentos, especialmente o violão. Desde os 7 anos, já tocava em festinhas no Clube de Perdizes, bairro sofisticado da capital paulista. "A família torcia o nariz, porque era feio ser artista, ainda mais pra mulher", contava ela.

Seu gosto pela pesquisa adveio, por certo, do curso de Biblioteconomia na Universidade de São Paulo (USP), em que se formou em 1953. Mas sua biblioteca estava mesmo era nesse mundão, a céu aberto ou nos barracões de festas populares.

O sobrenome ela emprestou do advogado cearense Adolfo Cabral Barroso, com quem se casou em 1947, aos 22 anos, e teve uma filha. Já o diminutivo Inezita era o jeito carinhoso com que a tratavam em casa e noutras rodas, pela sua baixa estatura e pelo corpo franzino.

Seu marido não era músico, mas tinha um irmão que era radialista e, também por isso, a incentivava a cultivar o veio das artes. Foi o apoio mais importante que teve na vida, segundo ela.

Logo após o casamento, os dois se mudaram pro Pernambuco, onde ela pôs pra fora sua ânsia artística. O que os movia eram razões profissionais de Adolfo, mas Inezita se enturmou bem depressa no meio artístico pernambucano. Ela virou cantora profissional da potente Rádio Clube do Recife, em programas de auditório com barulhentas plateias. Era só o começo.

O cunhado Maurício Barroso, além do rádio, mexia também com TV e teatro, com gente como Paulo Autran e Tônia Carrero, e colocou Inezita na roda, de volta

Foto: Acervo Pessoal

a São Paulo. Era a fina-flor do teatro moderno e dos primeiros passos da TV no Brasil, que ajuntava gente de todo canto, todo mundo interessado em cultura popular.

O primeiro grande salto foi estrear no cinema, como atriz. Desde logo, ela percebeu que essa não era bem a sua praia. Mas, de todo jeito, atuou em nove filmes de longa-metragem, num dos quais em papel principal. Foi em "Mulher de Verdade", de Alberto Cavalcanti, em que interpretou uma enfermeira bígama, pelo que foi agraciada com o Prêmio Saci de melhor atriz de 1955.

Contudo, foi interpretando ela mesma, como cantora, que atuou em maior número de filmes, o que reforçou sua ligação com a música. Era, de todo modo, uma atividade que denotava com força uma atitude de rebeldia aos padrões elitistas da sua família.

A projeção maior de seu trabalho, entretanto, veio do rádio e do disco. O rádio, naquela época, não era apenas tocador de discos. Eram as emissoras que promoviam as festas e os programas de auditório nas capitais e cidades do interior. Dividiam o cenário com os circos, o que significava estar com o pé na estrada. Com roupas simples, botinas, cabelos pretos meio encaracolados, ela chegava lá, fosse onde fosse.

Nessas andanças, ela conheceu todo mundo do meio musical, especialmente os caipiras. Os paulistas Tonico e Tinoco, por exemplo. Mas ela se apegou mais a Tião Carreiro, que fazia dupla com Pardinho. Tião era mineiro de Montes Claros, mas havia se estabelecido em São Paulo.

Inezita o considerava o grande nome do caipira, porque ela sabia que esse gênero musical, embora colocado no mesmo saco, é diferente de região pra região. A batida de viola em Minas Gerais era muito outra. E são mais de 30 afinações diferentes, segundo levantamento que ela fez.

Ela admirava Tião porque ele misturou as pegadas e ponteios e criou o pagode caipira, que gerou grande mudança no gênero. Além disso, ele retirou das duplas a predominância da segunda voz, estridente, valorizando a primeira voz, mais grave, cadenciada. E era baita violeiro, tendo gravado vários discos instrumentais, com solos.

Sobre as músicas que gravou, ela contava muitas histórias, uma das quais é especial de boa, como ela dizia. Trata-se de "Lampião de Gás", um de seus maiores sucessos, mas por acaso. A autora é Zica Bérgami, senhora da alta sociedade paulistana, que procurou Inezita nos estúdios da TV Record.

Acompanhada de uma amiga – ambas finamente vestidas, com colares de pérolas e perfume francês, Zica se dirigiu ao maestro Hervê Cordovil, diretor musical, e disse ter uma música pra Inezita cantar. Ela cantarolou a melodia e entregou a letra a ele, que a guardou numa gaveta, com jeito de que ali iria mofar.

Belo dia, no entanto, ao finalizar um novo disco de Inezita, havia espaço pra mais uma música e Hervê se lembrou da tal composição. Improvisou um arranjo, que ela adorou, e a peça foi gravada, como tapa-buraco. E deu no que deu.

Inezita guardou meticuloso arquivo de toda sua carreira, desde menina, assim honrando seu diploma da USP. Recortes de jornais e revistas, filmes, fitas de rádio e TV, cartazes e o que mais se imaginar, tudo organizado, devidamente catalogado.

Ademais, o programa Viola, Minha Viola, que ela apresentava semanalmente na TV Cultura de São Paulo, desde 1980, é um baú de informações sobre a música de raiz no Brasil.

Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

Foto: Acervo Pessoal

OS TRABALHADORES E O DESAFIO DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

Jacy Afonso de Melo

O Saneamento Básico é um direito e um ativo básico para realização plena da cidadania. O Brasil vem experimentando muitos avanços na área do saneamento, inclusive institucionais, especialmente a partir da promulgação da Lei 11.445/2007, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico e, por meio dela, estabelece as diretrizes básicas para o setor.

Com a Lei 11.445, o governo passou a ter um instrumento de planejamento mais efetivo para os investimentos em saneamento, que foram incluídos nos Planos de Aceleração do Crescimento (PACs), o que vem sendo traduzido a cada ano em um aumento expressivo das verbas públicas para melhorar a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar da população brasileira.

Os trabalhadores contribuíram de forma decisiva com esses resultados. A participação de suas representações no Conselho das Cidades, no Conselho Nacional de Saúde (CNS), na Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e no Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CCFGTS) fortaleceram e fortalecem as políticas públicas de saneamento básico.

Em 2013, o Brasil ganhou o seu primeiro Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que prevê a aplicação de mais de R$ 500 bilhões no setor até 2033. Construído por meio de amplo processo participativo capitaneado pelo Conselho das Cidades, com a participação do CNS, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), o sucesso do Plansab deve-se em grande parte à participação decisiva da sociedade civil e do conjunto dos trabalhadores.

Para implementar o Plano, o Brasil deve contar com os aportes de recursos provenientes dos impostos arrecadados, mas também com recursos privados. O FGTS figura como uma das principais fontes de financiamento do saneamento no Brasil, juntamente com o BNDES, que opera os recursos do FAT, e com o próprio Tesouro Nacional. Os dois primeiros alavancam seus investimentos via linhas de crédito, que devem obrigatoriamente retornar com juros. O último financia diretamente o gasto com os recursos dos impostos, sem o requisito do retorno financeiro.

O investimento direto com recursos dos nossos impostos tem focado basicamente os municípios pequenos, com até 50 mil habitantes, e áreas rurais. Enquanto o FAT, via BNDES, e o FGTS, via Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades, tomam para si a responsabilidade quase que integral pelo financiamento das cidades médias e grandes. As linhas de crédito abertas por essas fontes

foram formuladas de forma participativa, atendendo o papel social desses fundos, formados pela poupança dos trabalhadores e para conservar seu equilíbrio financeiro e a perenidade.

Essas linhas de crédito têm atendido majoritariamente às concessionárias públicas de saneamento e têm procurado cada vez mais aperfeiçoar suas regras e diretrizes para que os recursos emprestados aos operadores sejam gastos de forma efetiva, cumprindo seu fim último: a melhoria das condições de vida da população e o cuidado com o meio ambiente. Mas esse processo de aperfeiçoamento pode e deve ser ininterrupto. Para isso, é preciso que a sociedade trabalhe duramente junto aos conselhos participativos, para dar mais eficiência aos investimentos, em um movimento contínuo de avaliação e monitoramento dos recursos aplicados.

Nos últimos dois anos, apenas o FGTS destinou mais de R$ 12 bilhões para o setor e, para 2015, devem ser destinados mais de R$ 3,4 bilhões, por meio do programa Saneamento para Todos. Além disso, desde 2008, o FGTS, por meio de um fundo de investimento próprio, tem procurado contribuir de forma mais ágil com a ampliação da infraestrutura do País, investindo diretamente nas empresas de saneamento, energia e infraestrutura urbana, somando, até aqui, cerca de R$ 1 bilhão em investimentos.

O recurso do FGTS é um recurso privado que resulta do esforço dos trabalhadores do setor privado em defesa do bem-estar coletivo. Gerido de forma tripartite por um Conselho formado por entidades representativas dos trabalhadores, dos empregadores e representantes do Governo Federal, e emprestado a taxas subsidiadas de juros, essa fonte de financiamento deve ser sempre acompanhada da responsabilidade e da garantia de contrapartidas.

O uso do recurso do FGTS deve garantir a eficiência e a efetividade das obras e dos serviços prestados na área, e também a qualidade do emprego das pessoas que trabalham nas obras de saneamento e na prestação de serviços. Para o cumprimento desse papel importante, é imprescindível o engajamento de todos. Só a participação efetiva da sociedade, ajudando a aperfeiçoar as regras de financiamento, sugerindo alternativas para desemperrar os limites para os empréstimos, para o financiamento junto ao setor público e para exigir o uso correto e eficiente dos recursos disponibilizados, possibilitará evoluirmos na velocidade que desejamos no setor.

O saneamento básico é direito de todos e deveria ser garantido sem discriminação. Não é isso que acontece. Dados

NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Mais eficiência

A Prefeitura de Valparaíso de Goiás implantou a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços. Agora você, empresário do setor de serviços, pode emitir sua Nota Fiscal pela internet, sem filas e sem burocracia.

Mais segurança, agilidade e confiabilidade na prestação de contas.

A PARTIR DE 15 DE ABRIL.

Chega de burocracia!

Para mais informações, procure a Superintendência de Arrecadação Tributária ou acesse: valparaisodegoias.go.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL - GESTÃO 2013/2016
VALPARAÍSO DE GOIÁS
Inclusão e Cidadania

de 2013 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que o Brasil ainda possui 15% de domicílios sem rede geral de água, com uma situação agravada no Nordeste, onde a porcentagem chega a 41,8%.

E esse não é o único problema, pois sabemos que a água é um recurso escasso e que as redes existentes apresentam um inaceitável desperdício de quase 40%, a um custo social imenso. Por outro lado, 24% dos domicílios não têm sistema de esgoto sanitário adequado. E uma parcela muito pequena desse esgotamento é tratada. Outra vez, o Nordeste é a região onde a situação é mais grave, com quase 50% dos domicílios sem sistema apropriado de escoamento sanitário.

Para superar essa situação com a urgência devida, de forma a poupar vidas expostas a doenças que provocam até morte, especialmente de crianças, e propiciar condições mínimas de vida digna a toda a população, é preciso usar todos os instrumentos e recursos disponíveis, ser criativo e ter coragem.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também luta para isso. A Secretaria de Meio Ambiente coordena os esforços da CUT para debater o desenvolvimento sustentável, as condições de vida, a universalização do saneamento e a superação das desigualdades. Tarefas essas de responsabilidade de todas as instituições de trabalhadores, do setor privado e de todas as instâncias de governo.

Jacy Afonso
Dirigente Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

TOCANTINS APOSTA EM BARRAGINHAS

PARA MINIMIZAR IMPACTO DAS SECAS

Wherbert Araújo

Mesmo não estando na região semiárida do Brasil, onde a falta de chuvas castiga grande parte do Nordeste brasileiro, em determinados períodos do ano, 27 municípios tocantinenses enfrentam situações de estiagem semelhantes. A diminuição dos índices pluviométricos já teria inclusive obrigado pequenos criadores de gado a buscar medidas emergenciais para não perder o rebanho.

Para amenizar a situação e buscar uma solução para restabelecer corpos hídricos que permanecem secos durante grande parte do ano, o governo do Tocantins, por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) e do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), vem implantando desde 2012 um sistema de contenção da água da chuva por meio de pequenas barragens (barraginhas).

As barraginhas, reconhecidas como tecnologia social inovadora pela Fundação Banco do Brasil (FBB), começaram a ser instaladas a partir das zonas rurais de Paranã e Conceição do Tocantins, a cerca de 300 quilômetros da capital Palmas, e serão, segundo o governo, estendidas a todos os municípios que tenham que enfrentar situações de convivência com a seca.

As pequenas barragens são instaladas em número de duas a três unidades em cada propriedade beneficiada. Localizadas próximas entre si em sentido decrescente, elas foram construídas com o apoio de tratores e pás mecânicas que escavam buracos no chão em forma de bacias, com a missão de promover a dessedentação animal. Com um raio de sete metros de diâmetro, algumas delas atingem até dois metros de profundidade.

Consideradas de baixo custo operacional em sua construção, cada barraginha está orçada em aproximadamente R$ 600,00, levando em conta os gastos com aluguel de maquinário, consumo de combustível, mão-de-obra e tempo aproximado de três horas/máquina na execução de cada unidade armazenadora. Para este ano, o Estado pretende ampliar as obras no município de Arraias, a 413 quilômetros de Palmas, cujos moradores também são castigados pela escassez hídrica.

O produtor rural José de Oliveira Pimentel, há cerca de dez anos teve que se adaptar ao período de estiagem que castiga parte da região sudeste do Tocantins. Com 83 anos de idade, ele afirma que, por volta do ano de 2006, começou a presenciar um fenômeno até o momento atípico àquela região do cerrado tocantinense. "As chuvas começaram a faltar. Pensava que era só um período, mas no ano seguinte aconteceu de novo", ressalta.

De acordo com o produtor, o pequeno rebanho bovino composto por 50 cabeças só não

foi dizimado porque ele tomou uma atitude emergencial. "Tive que começar a trazer água da cidade para poder saciar a sede dos animais", afirmou. A agricultora familiar Maria Cardoso Correia afirma que já chegou a perder animais pela falta de água. "As chuvas que vêm caindo nos últimos anos são fraquinhas, poucas, mas depois que o governo instalou as barraginhas, além de alimentar os animais, eu aproveito a água até para lavar roupa", afirmou.

Segundo a técnica do Ruraltins, Simone Carvalho da Silva, no município de Paranã, já foram implantadas 360 barraginhas para atender 120 propriedades rurais que, mesmo perto de dois grandes rios na região (Palmas e Paranã), boa parte das famílias sofrem com a estiagem entre os meses de junho e outubro. "As ações já estão surtindo efeito, e a satisfação dos agricultores atendidos é muito grande", afirmou.

Em Conceição do Tocantins, município localizado a 294 quilômetros de Palmas, o Projeto Barraginhas, desde 2012, já instalou 250 unidades na região. Para o extensionista rural Antônio Conceição Francisco de Oliveira, comunidades quilombolas também são beneficiadas. "Buscamos sempre atender o critério da necessidade e também lembrar as condições financeiras e sociais daquelas famílias que são contempladas com as barragens", afirmou.

Para a Semarh, além de atuar de maneira mitigadora no quadro de escassez no sudeste do estado, a instalação das barraginhas pode contribuir, inclusive, para o aumento do lençol freático, como também fortalecer corpos hídricos que durante a maior parte do ano permanecem secos devido à falta de chuvas.

Estudos da Semarh indicam que a expansão do projeto de retenção e armazenamento da água, ao longo dos anos, contribuirá para o afloramento do lençol freático e para o restabelecimento da segurança hídrica para milhares de tocantinenses atingidos pelas mudanças climáticas.

Wherbert Araújo
Jornalista
Secom Tocantins

Fotos: Fernando Alves

Fotos: Acervo FENAE

MOVIMENTO SOLIDÁRIO

MUDA A CARA DE CARAÚBAS DO PIAUÍ

Oito anos após a chegada do Movimento Solidário, programa de responsabilidade social da Fenae, da PAR Corretora de Seguros e do Grupo PAR, o município de Caraúbas do Piauí registra avanços no IDH e em indicadores de saúde, educação, emprego e respeito ao meio ambiente. Movimento Solidário já prepara uma nova etapa, em outra cidade do país.

Uma verdadeira transformação. Assim pode ser definido o que aconteceu em Caraúbas do Piauí, cidade localizada a 255 quilômetros de Teresina (PI). De acordo com os dados mais recentes, divulgados em 2013, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,505, considerado médio. Hoje, praticamente todas as crianças estão com a vacinação em dia, e a desnutrição entre menores de dois anos quase não existe. Mas nem sempre foi assim.

Em 2005, Caraúbas tinha 5.427 habitantes e o 18º pior IDH do Brasil. Mais de 80% da população vivia com menos de US$ 1 por dia. Apenas 15% dos jovens de 15 a 24 anos eram alfabetizados, e o desemprego afetava 89% deles. Quase 11% das crianças com até dois anos estavam desnutridas. Enfim, uma realidade que precisava mudar.

Foi por tudo isso que naquele ano o Movimento Solidário, programa de responsabilidade social da Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), da PAR Corretora de Seguros e do Grupo PAR, escolheu a cidade piauiense para desenvolver ações que proporcionassem melhor qualidade de vida para a comunidade.

"Entre os valores da Federação estão o respeito e a promoção dos direitos humanos, da solidariedade e do bem-estar da sociedade. Os dados atuais mostram que adotar Caraúbas foi uma decisão muito acertada. Estamos muito felizes com o resultado e, por isso, já nos preparando para atuar em outro município carente do Brasil", diz o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira.

Mas essa revolução em Caraúbas do Piauí só foi possível graças a uma junção de esforços, tudo articulado pelo Movimento Solidário. "As campanhas realizadas na plataforma de relacionamento Mundo Caixa, nas quais os empregados da Caixa doaram pontos para o programa, foram fundamentais para o sucesso das ações realizadas em Caraúbas. A categoria sempre entendeu a importância de mudar a vida daquele município", afirma Denise Viana Alencar, analista de Responsabilidade Social da Fenae, que se envolveu no trabalho desde o início.

FENAE

PRINCIPAIS AÇÕES

Em 2006, surgiu a horta comunitária, com terreno doado pela Prefeitura. No ano seguinte, foi criada a Associação dos Produtores de Leite da Comunidade Rosário (Aproleite), que atualmente produz mais de 10 mil litros de leite por dia. Um dos tanques de resfriamento e um kit de inseminação artificial foram comprados graças às doações dos empregados da Caixa.

Já em 2008, veio a Cooperativa das Artesãs Mãos que Fazem (Coopearte), que vende produtos para todo o país. Três bibliotecas, uma padaria e um mini polo de confecções também foram implantados graças à mobilização dos bancários e das bancárias da Caixa.

Esses avanços foram fundamentais para que a população se desenvolvesse e, ao longo das ações do Movimento Solidário, adquirisse a capacidade de independência. "É a velha história de não apenas dar o peixe, mas ensinar a pescar. Hoje, os homens e as mulheres de Caraúbas do Piauí têm plenas condições de definir o próprio futuro, com trabalho e geração de renda", destaca Fabiana Matheus, diretora de Administração e Finanças da Fenae.

A líder comunitária Joana Portela endossa a nova realidade na cidade. "A principal ajuda que o Movimento Solidário trouxe foi incentivar a formação de associações e cooperativas. Hoje, temos trabalho, nosso ganha pão. E está tudo dividido: tem um grupo que compra, outro que vende, e ainda tem um para produzir. Estamos tão organizados que o nosso trabalho não vai acabar, porque conhecemos nossos direitos e sabemos reivindicar", comemora.

PRÓXIMOS PASSOS

O Movimento Solidário prepara agora a próxima etapa. É o que explica Natascha Brayner, diretora de Comunicação e Imprensa da Fenae. "Diante de tudo que foi realizado em Caraúbas e da nova realidade, é hora de deixarmos o município e atuarmos em outro. Apesar da melhoria econômica e social do Brasil na última década, ainda há cidades com IDH baixo e com altos índices de mortalidade, analfabetismo e desnutrição", frisa.

O local ainda não está definido. A Fenae solicitou que as Associações de Pessoal da Caixa (Apcefs) de todo o país apontem alguns municípios, seguindo critérios como IDH até 0,499, menos de 10 mil habitantes e indicadores com carência em saúde, educação e saneamento.

"Recebemos as indicações até 6 de fevereiro, e já estamos avaliando os dados de cada localidade. Só depois é que decidiremos o próximo destino do Movimento Solidário, onde vamos escrever um novo futuro para novas pessoas. E, mais uma vez, queremos contar com o essencial apoio dos mais de 100 mil empregados da Caixa", ressalta Jair Pedro Ferreira. Quer saber mais? Acesse o www.programamovimentosolidario.com.br, conheça o jeito Fenae de mudar o mundo e participe dessa corrente do bem!

SANGRADORES DE SERINGUEIRAS

Eduardo Di Deus

O historiador ambiental Warren Dean concluiu sua obra *A luta pela borracha no Brasil* em um tom pessimista. O país, que é o berço genético das seringueiras, teria falhado em estabelecer plantações significativas até meados dos anos 1980. No final da mesma década, no entanto, ao escrever um posfácio à edição brasileira do livro, o autor anunciou uma possível reversão deste quadro, com o crescimento e sucesso de plantações desta espécie amazônica no interior de São Paulo.

De lá para cá, São Paulo se consolidou como o maior produtor de borracha natural do país, tendo produzido cerca de 55% do total brasileiro no último ano.

Os plantios cresceram a partir de variedades clonais selecionadas no Sudeste Asiático. A partir dos anos 1950, esse material genético começou a ingressar no Brasil, mas foi desde os anos 1980 – e sobretudo nos últimos 20 anos – que os plantios cresceram no interior paulista. Atualmente uma variedade clonal malaia (RRIM 600) é plantada em cerca de noventa por cento dos seringais de São Paulo. Uma das principais razões para esse crescimento é ecológica.

O chamado planalto ocidental do estado de São Paulo é considerado uma área de escape climático do fungo causador do mal-das-folhas (Microcyclusulei), doença que inviabilizou ou dificultou plantios na Amazônia (como o célebre fracasso de Fordlândia no Pará) e no litoral da Bahia. Nessa região paulista há chuva suficiente para manutenção das árvores, mas não umidade bastante para favorecer a proliferação do mal-das-folhas.

A região de São José do Rio Preto, no noroeste paulista, é hoje o centro da produção de borracha no Brasil, atraindo inclusive trabalhadores especializados vindos de outras partes do país. São os sangradores, como se chamam localmente os seringueiros, responsáveis pelas atividades de extração do látex.

A sangria é a principal atividade dos seringais. Consiste em cortes precisos realizados nas cascas das árvores em painéis delimitados em formato de meia espiral. Os cortes não podem ser nem muito rasos, nem muito fundos. Se muito rasos, não geram boa produção; se fundos além do limite, geram ferimentos nas

árvores, e podem danificar todo o seringal.

Há também outros aspectos da sangria que são controlados pelo trabalhador, como o consumo de casca (grossura da fita que se corta a cada vez), a manutenção da declividade do corte, a frequência de sangrias (de quantos em quantos dias se volta a uma mesma árvore) e o ritmo de trabalho durante uma jornada.

Os patrões dependem das habilidades técnicas manuais dos sangradores para que os seringais sejam rentáveis e duráveis. Os sangradores em sua maioria são contratados em regime de parceria agrícola, mas há uma controversa transição para o regime de assalariamento com carteira assinada. Além de trabalhadores treinados na própria região, muitos ex-funcionários de grandes plantações de uma corporação pneumática no Mato Grosso e no litoral da Bahia foram atraídos nos últimos anos pelos emergentes seringais paulistas explorados em regime de parceria.

Os preços da borracha atingiram uma grande alta no ano de 2010, coincidindo com o fechamento do então maior seringal das Américas, no Cerrado do Mato Grosso. De lá vieram muitos sangradores especializados, que na região interagem com os sangradores locais, patrões e técnicos agrícolas.

A seringueira se expande também em regiões de estados vizinhos a São Paulo, como no sul do Mato Grosso do Sul e no triângulo mineiro, áreas consideradas aptas à heveicultura. No entanto, atualmente o clima é de desânimo, devido a uma forte queda no preço da borracha. De mais de quatro reais por quilo em 2010, o preço caiu para cerca de um real e sessenta centavos em média no ano passado. É um mercado dominado pelas corporações pneumáticas e pelos principais países produtores, localizados no sudeste asiático.

Os sangradores de seringueira são verdadeiros artesãos especializados em um ofício manual no mundo rural. Seguem seu trabalho, não obstante essas variações de preço, que têm impacto significativo em seus ganhos.

Eduardo Di Deus
Pesquisador

Isso faz da nossa cidade uma referência nacional na gestão do dinheiro público e permite que a prefeitura realize maiores investimentos em áreas como saúde, educação e infraestrutura.

PREFEITURA DE APARECIDA
Transformando a cidade.
Melhorando sua vida.

www.aparecida.go.gov.br

EXTREMA

ESTRESSE
MALHAR PREVINE

#vempra**runway**

runway.com.br /runwaybrasilia /runwayacademia

ÁGUAS CLARAS **3435.9000** ASA NORTE **3349.3236** LAGO NORTE **3964.3030** SUDOESTE **3342.5000**